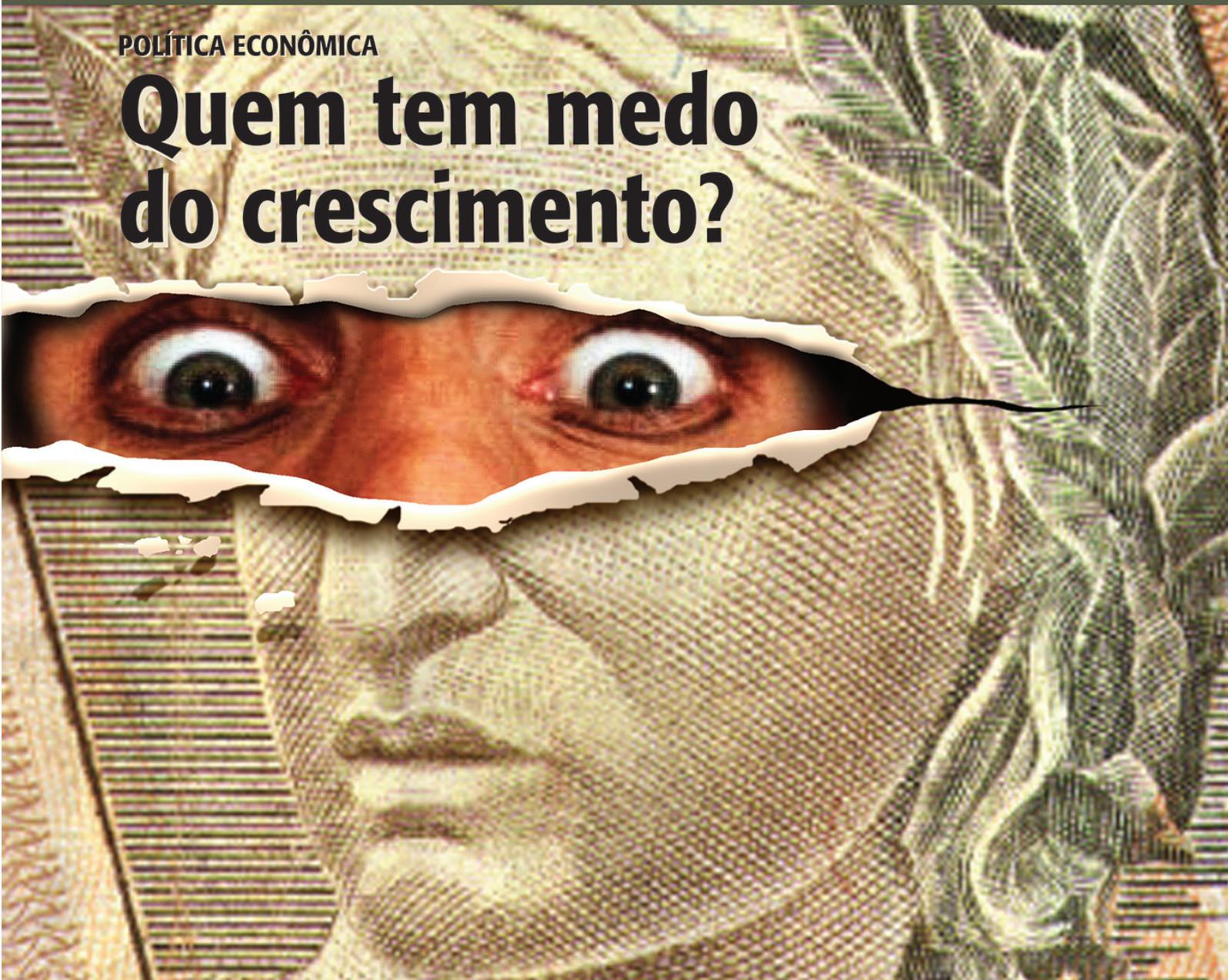


por ■ sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano3 ■ nº12

POLÍTICA ECONÔMICA

Quem tem medo do crescimento?



ENTREVISTA/PEDRO SIMON

**“Lula é o terceiro
tempo do
governo FHC**

BANCO CENTRAL

**CAPs, a ilha
de refúgio dos
correntistas**

BALANÇO DA GREVE

**Governo sem
política salarial
para o servidor**

ACESSE NOSSO ENDEREÇO ELETRÔNICO

Súmula de Jornais

SINAL - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Voltar Avançar Parar Atualizar Página Inicial Pesquisar Favoritos Histórico Correio Imprimir

Endereço http://www.sinal.org.br/

Links Channel Guide HotMail gratuito Iniciar a Internet Microsoft O melhor da Web Personalizar links Windows Update Windows

SINAL

Menu

Home SINAL Serviços Informativos Classificados Sua Home

Índice

Ações Fundatec

Institucional

Ficha de Filiação

Congresso Nacional

Edição

Legislação

SFN - Discussão

Assédio Moral

Serviços do Sinal

Feeds

Dicas de Sites

Política Privacidade

Mais do Site

Equipe Editorial

Terça, 14 de Janeiro de 2003

DESTAQUE

Projeto DC 2859/02
Confira o Projeto de Decreto Legislativo 2859/02, que regulamentará os atos suportados pela RFB.

Carta CENTROS
Confira a imprensa se prepare, a carta é CENTROS de pedido de informação.

Autonomia do BC
819 após idêia de autonomia do BC. Confira!

ART 192
Dê sua sugestão

CONCURSO

Classificados

Revista Por SINAL

FGTS - PLANOS ECONÔMICOS
FGTS - BRESSER
HRICENTRUS

14:38

Dicas de Sites

Revista Por SINAL

www.sinal.org.br

SINAL
SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

O futuro é agora

Durante muito tempo ouvimos dizer que o Brasil é o país do futuro. Esse futuro, porém, parece não chegar nunca. Por conta disso, muitos trocaram a profecia grandiosa por uma frase cruel: o Brasil não tem jeito.

A cada nova eleição, a desilusão que esta frase abriga é colocada à prova. Fica evidente que a maioria diz isso da boca pra fora. O brasileiro é como aquele torcedor apaixonado que está vendo o seu time ir para a segunda divisão. Revoltado, jogo após jogo, com a apatia do time, o torcedor quase joga a toalha. Resmunga, entredentes, que é melhor o seu clube se afundar de vez. Mas basta os jogadores esboçarem uma reação, basta eles honrarem a camisa para que a esperança ressurja.

Lula sempre foi um *jogador* vibrante. Elegeu-se com a maior votação da nossa história porque conseguiu juntar os cacos de esperança de cada um de nós. Mas, dois anos depois de eleito, parece que seu governo já não liga para a torcida.

A substituição de Carlos Lessa por Guido Mantega no BNDES não deixa dúvida quanto às intenções do Planalto. Para o senador Pedro Simon, nosso entrevistado deste número, a demissão de Lessa revela o enfraquecimento da corrente desenvolvimentista do governo. Ele pretendia transformar o BNDES no pilar do crescimento sustentável. De olho na geração de emprego e renda. Lula, porém, preferiu valorizar a corrente fiscalista do governo. O experiente dirigente sindical, que tanto defendeu o mercado interno, recuou o time. Parece até que tem medo do crescimento. Tornou-se mais um a propagar o falso dilema entre crescer e controlar a inflação. E, com isso, os "torcedores" põem a mão na cabeça, dispostos a "abandonar o estádio".

Não é essa a atitude dos funcionários do Banco Central. A Assembléia Nacional Deliberativa da categoria, realizada em novembro, reiterou seu apelo pelo desenvolvimento. E fez isso propondo um novo desenho institucional para o Banco Central. Os funcionários que-

rem que a Constituição consolide um novo conceito de missão para o Banco Central. "Garantir a estabilidade da moeda com desenvolvimento econômico e social, a solidez do sistema financeiro brasileiro e a proteção da economia popular."

A categoria propôs ainda o comparecimento semestral do Presidente do BC ao Congresso Nacional. Os objetivos são dois: prestar contas de sua atuação e apresentar previsão para o semestre seguinte. Tendo como referência a nova missão institucional. Hoje, se não fossem as Centrais de Atendimento do BC, não haveria um único elo entre o sistema financeiro e a sociedade. Mas, como mostra a reportagem da página 25, as Centrais vão bem, obrigado. Até agosto, já haviam atendido mais de 10 mil queixas contra os bancos.

O Sinal, que organizou a Assembléia Nacional Deliberativa, tem consciência de que o futuro é agora. Este é o momento de apresentar novas propostas de atuação institucional do Banco Central. Este é o momento de colocarmos-nos a favor de um BC não independente dos poderes constituídos da República. Mas, ainda assim, um BC autônomo em matéria administrativa, financeira, técnica e operacional. Sem os constrangimentos que o governo lhe impõe com o corte de 50% dos seus recursos. O BC trabalha no limite, como mostra o presidente do Sinal, Sérgio Belsito, em artigo escrito para a revista.

Queremos um Banco Central que não desaponte o País a cada nova reunião do Copom. Queremos um Banco Central atento à estabilidade monetária, mas sintonizado com o clamor da sociedade pelo desenvolvimento.

Queremos um Banco Central com uma política salarial definida. Sem ela, como pode a instituição ser a guardiã da estabilidade? Foi este o recado da vitoriosa greve dos funcionários do BC. Esperamos que o governo não se faça de rogado.

Enfim, é hora de jogar o jogo que a torcida quer. 

“O Banco Central é mais que frieza e ortodoxia econômica. Ele é, sobretudo, a pujança de seu corpo técnico. Nem todos ali são fiéis à teocracia do mercado. Este Banco Central voltado para uma economia solidária e um País justo está em cada edição da Por Sinal, que tem páginas de viva inteligência.”

Chico Alencar
Deputado federal (PT/RJ)

“A **Por Sinal** é uma revista importante porque, sem deixar de debater assuntos da categoria, aborda também temas fundamentais para a defesa do aparelho de Estado e a soberania nacional.”

Antonio Augusto de Quelroz
Diretor de Documentação
do DIAP

“O Banco Central é uma das instituições chaves deste País, com um corpo de funcionários altamente qualificados. Nesse sentido, uma publicação que explicita e discuta as questões que mobilizam esses servidores é de grande valia. A **Por Sinal** cumpre – e muito bem – esse papel. Parabéns ao Sinal!”

Flávio Grotera
Economista e consultor do
Fórum Estratégia

EXPEDIENTE ANO 3 NÚMERO 12 NOVEMBRO 2004

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Por Sinal

Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, David Falcão, Gustavo Diefenthaler, João Marcus Monteiro, Luis Carlos Paes de Castro, Mário Getúlio Vargas Etelvino, Orlando Bordallo Junior, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SAS quadra 5, lote 4, bloco K, sala 410
Edifício Ok Off Tower – 70070 -100 Brasília (DF)
Telefone: (61) 322-8208
nacional@sinal.org.br
www.sinal.org.br

Redação

Coordenação geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Jefferson Guedes e Paulo Vasconcellos

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

Política econômica	Quem tem medo do crescimento?	Página 6
Reforma sindical	A união dos descontentes	Página 11
Balanço da greve	Governo continua sem política salarial para o servidor	Página 14
A novela do orçamento	Sérgio Belsito/ BC perde cerca de 50% dos seus recursos	Página 17
Entrevista	Pedro Simon / "Lula é o terceiro tempo do governo FHC"	Página 20
Banco Central	CAPs, a ilha de refúgio dos correntistas	Página 25
Artigo	João Sicsú Controles de capitais: a experiência malaia	Página 30
Taxação dos inativos	Decisão do STF questiona independência dos poderes	Página 32



Quem tem medo do crescimento?

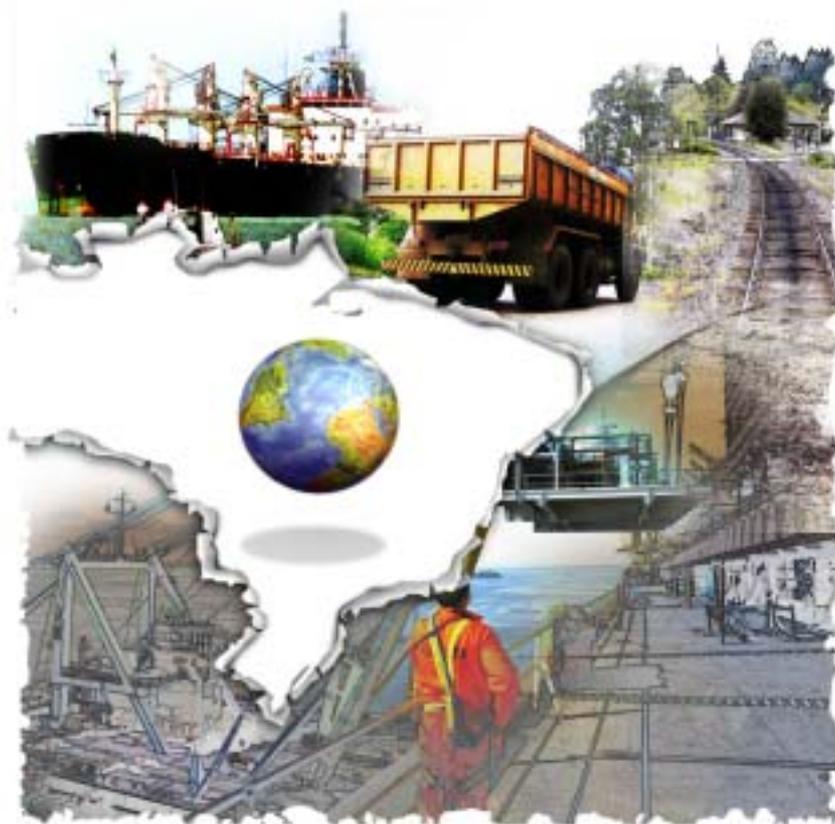
PELO FREIO DO GOVERNO PODE COMPROMETER A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA. ANALISTAS ADMITEM QUE HOUVE PRECIPITAÇÃO E EXAGERO NAS MEDIDAS ADOTADAS PARA AFASTAR O FANTASMA DA INFLAÇÃO.

PAULO VASCONCELLOS

Aos primeiros sinais de recuperação econômica, a combinação de um fantasma do passado com um temor do presente fez o governo pôr o pé no freio. A alma penada da inflação aliou-se ao gargalo da infra-estrutura do País e de setores da indústria para espalhar o pânico de que seria impossível suportar uma demanda represada por duas décadas de estagnação. Adeus espetáculo do crescimento. No lugar, um aperto na política macroeconômica. O governo elevou o patamar do superávit primário e aumentou a taxa básica de juros em 0.75 ponto percentual em outubro e novembro. Passado o susto, surgem avaliações de que houve precipitação e exagero. Os gargalos não seriam tão generalizados nem tão estreitos assim. De quebra, ao brechar a aceleração do crescimento, o governo pode ter produzido um movimento capaz de fazer a economia derrapar.

PIB de 7% para aquecer economia e gerar empregos

Num cenário em que a única cer-



teza apontada por economistas é a necessidade de o Produto Interno Bruto brasileiro atingir a média de sete pontos percentuais ao ano por um período de dez anos para acabar com os desperdícios de emprego e os bolsões de miséria e retomar os patamares de duas décadas atrás, a questão de fundo se resumiria à ca-

pacidade de investimento para se alcançarem taxas consideradas aceitáveis para o crescimento sustentável de um País em desenvolvimento. O número é taxativo: 25% do PIB – de acordo com indicadores internacionais seguidos à risca pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudo do próprio IBGE, di-

vulgado na primeira semana de novembro, revela que há uma década o País nem chega perto disso. A taxa de investimento manteve-se praticamente estagnada entre 1992 (18,42%) e 2003 (18,04%).

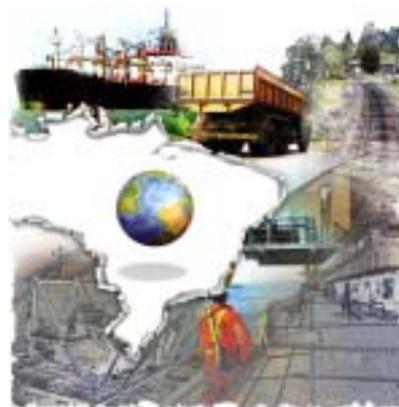
As projeções feitas logo depois do aumento da taxa Selic em 0,50 ponto percentual, acima das expectativas do próprio mercado, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de outubro, apontavam para o temido vôo de galinha – aquele salto de crescimento não-sustentável que, no jargão dos economistas, acaba logo depois de começar. O PIB, que pelas projeções pode chegar a 4,5% este ano, cairia para 3,5% no ano que vem. A elevação de 0,25 ponto percentual no patamar do superávit primário deslocaria para o pagamento da dívida nada menos de R\$ 4 bilhões que, poderiam ser carreados para investimentos em infra-estrutura logística e no aumento da capacidade da produção industrial dos setores efetivamente em crise: siderurgia, papel e celulose e borracha. Para superar o imbróglio, o governo aplicou uma dose extra do remédio ao aumentar em mais 0,25 ponto percentual a taxa Selic em novembro, enquanto estabelecia acordos na esperança de uma votação urgente do polêmico projeto das Par-

cerias Público-Privadas (leia quadro na página 8).

Crescimento ou controle da inflação, um falso dilema

“Por razões esotéricas, aumentam a taxa de juros em 0,50 ponto percentual. Gastaram US\$ 1,5 bilhão. A ninguém se perguntou nada. A decisão é soberana. O dinheiro é suficiente para construir 15 quilômetros de metrô (São Paulo tem 41 quilômetros construídos durante 30 anos), uma usina hidrelétrica como Ilha Solteira ou milhares de empregos”, escreveu o ex-ministro do Planejamento João Sayad na coluna que assina num jornal de São Paulo, antes mesmo de o Copom decidir por um novo aumento em novembro. “A política de juros altos segura os preços competitivos, estrangulando a demanda agregada, para que não possam reagir aos aumentos de preços indexados ou não-competitivos. É política sem foco, com efeitos colaterais indesejados e muitos desvios. Maior e mais ineficiente do que o pior dos programas sociais.”

“O Banco Central tornou-se a última trincheira do conservadorismo econômico”, endossa Fernando José Cardim de Carvalho, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele não está so-



“Objetivamente, o que faz o BC é buscar estrangular a economia para reduzir a demanda. Elevar a taxa de juros só melhora as expectativas de instituições financeiras, mas em nada favorece o espírito empresarial nos setores realmente produtivos.”

FERNANDO CARDIM

zinho no diagnóstico de que as autoridades monetárias mantêm uma visão excessivamente limitada da capacidade de oferta da economia brasileira em curto prazo. Por isso, apesar dos sinais de persistência das taxas elevadas de desemprego, o primeiro passo sempre é reprimir

qualquer nível de demanda agregada que pareça ser maior do que a capacidade de produção disponível. “Objetivamente, o que faz o Banco é buscar estrangular a economia para reduzir a demanda. Elevar a taxa de juros como tem feito o BC só melhora as expectativas de instituições financeiras, que não se cansam de aplaudir o ‘bom senso’ das autoridades monetárias em lhes garantir lucros extraordinários, mas em nada favorecem o espírito em-

presarial nos setores realmente produtivos”, acrescenta.

Crescer ou controlar a inflação é o falso dilema do Brasil. “O País tem potencial para crescer, precisa crescer, mas parece que não pode crescer porque crescimento gera inflação”, diz Júlio Sérgio de Almeida, diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), vinculado ao setor empresarial. O economista reconhece que o Brasil tem gargalos em alguns setores, mas

acha que se exagera a dimensão do problema. Química, petroquímica e refino estão na fila do gargalo, mas só enfrentariam dificuldades efetivas, mantido o ritmo de crescimento da economia, daqui a um ano. Há gargalos já na infra-estrutura logística: transportes, portos, contêineres, armazéns. Mas setores de bens semiduráveis, como sapatos e vestuário, e de bens não-duráveis, como alimentos não-exportáveis, ainda nem haviam sentido o gosti-

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Muito barulho por nada?

ACORDO DO GOVERNO COM

OPOSIÇÃO NO SENADO NÃO

GARANTE VOTAÇÃO DO

PROJETO AINDA ESTE ANO

O projeto das Parcerias Público-Privadas, com que o governo pretende dar fôlego aos investimentos, talvez escape à antecipação do processo sucessório de 2006 que até metade de novembro emperrava as votações no Congresso. Um acordo do governo com a oposição apressou o passo do projeto, que ainda assim tem um longo caminho pela frente no Senado: saltar o obstáculo da Comissão de Constituição e Justiça antes do exame final no plenário. Se aprovado, vai ter de recomeçar todo o cir-

cuito pela Câmara dos Deputados – até se tornar um instrumento útil ao Brasil ainda que visto com dupla desconfiança: pela oposição, porque poderia dar ao presidente Lula o que ele precisa para consolidar a candidatura a um segundo mandato no Palácio do Planalto; para alguns economistas, porque não seria a poção mágica que se imagina.

O relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) já está na terceira versão. Foi todo remendado para atender a políticos e empresários. O relator mantém o discurso otimista de aparência como se desconhecesse que a legenda ora está com um pé fora do governo, ora está com os dois juntos em apoio ao presidente. “O País não pode mais esperar”, diz Raupp.

“Houve avanços e mantenho a esperança de que o projeto será aprovado ainda este ano.”

Talvez. Experiência internacional bem-sucedida, as Parcerias Público-Privadas surgiram no Reino Unido na década de 90, no governo da primeira-ministra Margaret Thatcher, depois de esgotado o processo de privatização. A febre se espalhou pelo mundo. Alemanha, Austrália, África do Sul, Canadá, Espanha, Holanda, Itália, Irlanda e Japão seguiram o exemplo. No Brasil, já foram implantadas similares em Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Paraná.

De acordo com a exposição de motivos do governo, as PPPs constituem modalidade de contratação em que as instituições públicas – como o BNDES e os fundos de previdência das estatais –, e as empresas privadas, – mediante compartilhamento de risco e financiamento obtido pelo setor privado e garantido pelo Estado, – assumem

nho da recuperação econômica quando o governo se decidiu por mais um arrocho.

O recado dos empresários: há espaço para crescer

“A alta utilização da capacidade instalada está concentrada em setores de bens comercializáveis, como metalurgia, papel e celulose e borracha”, reforça o economista José Márcio Camargo, da consultoria Ten-

dências, em artigo no *Jornal do Brasil*. “Produtores de bens de consumo, como transportes e material elétrico e eletrônico, estão longe de atingir seu limite e ainda utilizam cerca de 80% de sua capacidade instalada, o que afasta o risco de inflação imediata. O crescimento da demanda não é tão preocupante. Ainda não está na hora de ficar apavorado.”

“O governo precisa ter sangue frio, porque a questão é passageira”, recomenda Júlio Sérgio de Almeida, do Iedi,

um dos economistas fora do governo que foram a Brasília no começo de novembro para discutir as perspectivas da economia brasileira a convite do colega Antonio Barros de Castro, assessor do então ministro do Planejamento, Guido Mantega. Todos eles levaram um só recado: ainda há espaço para crescer. Nas pastas dos executivos, tabelas, gráficos e números mostravam que a economia brasileira pode avançar acima do patamar atual de 3,5% a 4%, desde que se aumente a

a realização de serviços e empreendimentos. Ficam de fora da modalidade as atividades exclusivas de Estado.

Os contratos de parceria, com valores que não poderiam ser inferiores a R\$ 25 milhões, terão validade mínima de cinco e máxima de 45 anos. Ao término do contrato, ou no caso de extinção antecipada, a propriedade das obras públicas e dos bens – móveis e imóveis –, necessários à continuidade dos serviços que serviram de objetivo à parceria, reverteria para a administração pública. As garantias e contraprestação ofertadas ao setor privado vão desde a vinculação de receitas adicionais à tarifa cobrada do usuário à instituição de seguros.

O setor privado acha pouco. Na *5ª Rodada de Negócios – Brasil 2005 na Visão dos Empresários*, promovido pela Câmara de Comércio Americana, em São Paulo, pesos-pesado das empreiteiras e da indústria

manifestavam incerteza sobre as garantias jurídicas dos contratos. A esperança de que ela viesse a ser bancada pelo setor financeiro não encontrou muito respaldo. Restariam as fontes de financiamento nas mãos do governo: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

“Dois bancos estatais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, controlam um terço do mercado. O debate passa pela dimensão do Estado”, afirmou o presidente do BankBoston, Geraldo Carbone. Poucos empresários, àquela altura, acreditavam que a aprovação do projeto das PPPs saísse antes de 2005.

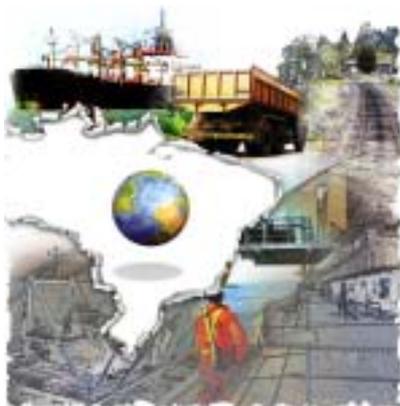
Remédio milagroso?

“A viabilização dos projetos que são demandados pelo crescimento econômico passa pela mobilização de novas fontes de financiamento e pela formação de parcerias com investi-

dores do setor privado interno e externo”, justifica o chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Demian Fiocca.

Não é uma opinião consensual. “As PPPs não são a salvação da lavoura”, diz Júlio Sérgio de Almeida, do Iedi. “Só vão funcionar como auxiliares de pelo menos dois outros instrumentos: os investimentos públicos e privados próprios. Não adianta nada a PPP se o governo não está gastando em investimento nem o que programou.”

De outros remédios milagrosos para os males do Brasil sabe-se apenas dos efeitos colaterais. Foi assim na Constituinte e na consolidação da Reforma da Previdência no governo Lula. No confisco da poupança no governo Collor e na privatização conduzida por Fernando Henrique Cardoso. No País do jeitinho, as PPPs podem não passar do jeitinho da vez.



“Produtores de bens de consumo, como transportes e material elétrico e eletrônico, ainda utilizam cerca de 80% de sua capacidade instalada, o que afasta o risco de inflação imediata. O crescimento da demanda não é tão preocupante. Ainda não está na hora de ficar apavorado.”

JOSÉ MÁRCIO CAMARGO

taxa de investimentos em relação ao PIB com medidas de efeito imediato. Uma delas seria a redução dos custos do investimento, com medidas de desoneração tributária, em setores industriais que já enfrentam gargalo e necessitam de recursos vultosos. Outra, a destinação de uma parte do superávit primário para investimentos na infra-estrutura logística.

É um problema que afeta a catarinense WEG. Uma das cinco maiores fabricantes de motores elé-

tricos do mundo, a empresa, que acaba de comprar uma fábrica do grupo Weifu, na China, por cerca de US\$ 12 milhões, enxerga o futuro com otimismo, mas sem descurar da precaução. “Exportamos principalmente por São Francisco do Sul e Itajaí e, aí, enfrentamos o gargalo logístico: falta de contêineres, portos operando no limite, navios muitas vezes modificando rotas porque o tempo de parada é grande”, apontava Décio da Silva, presidente do grupo, numa das publicações do Iedi.

Muitas promessas, poucos recursos liberados

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fechou, em outubro, um pacote de medidas de emergência para melhorar o funcionamento dos portos brasileiros. Entre as providências está a racionalização dos procedimentos de fiscalização dos portos, de modo que Receita Federal, Vigilância Sanitária e Ministério da Agricultura atuem de forma integrada. O Ministério dos Transportes já reservou R\$ 40 milhões do Orçamento de 2004 para a realização de obras nos portos consideradas indispensáveis para a remoção dos gargalos. Não há semana em que não se anuncie um pacote de medidas, recheado com recursos a rodo, para tirar o País do atoleiro.

Na prática, o resultado é outro. Queixas de empresários de que as verbas demoram a ser liberadas, reclamações de ministros de que os recursos prometidos nunca chegam

para que eles possam mostrar serviço. Os gestos de boa intenção esbarram nos números da realidade. Os investimentos públicos no primeiro ano do governo Lula encolheram em relação a duas décadas atrás. Os números são de fonte insuspeita: o Tesouro Nacional. Mostram que no ano passado o gasto com investimento foi o menor desde 1984. Foram R\$ 6,9 bilhões no primeiro ano do governo Lula contra R\$ 6,1 bilhões no último ano do regime militar. Em 2001, ano do “apagão” de energia elétrica, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, os investimentos alcançaram R\$ 20,9 bilhões. “Ao governo não falta dinheiro, mas vontade de gastar”, costuma repetir na tribuna o senador do PSDB, Tasso Jereissati, um dos principais opositores do projeto das PPPs.

A timidez do governo aliada ao arrocho na política macroeconômica pode produzir efeitos perversos em cascata. Setores da indústria que já encaminharam projetos de investimento com o aporte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social podem recuar, com medo de que a elevação da Selic contamine a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) que incide sobre os empréstimos feitos pelo BNDES. A persistência da política adotada pelo Banco Central só leva a uma certeza: o fim do dilema. Ao sufocar a demanda por investimentos, o impacto inflacionário será extirpado. Junto com ele vai-se a esperança de um crescimento com mais fôlego. 

A união dos descontentes

DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA APRESENTA PROJETO PARA POLEMIZAR COM O GOVERNO E DAR VOZ AOS SINDICATOS QUE NÃO QUEREM SER CONTROLADOS PELAS CENTRAIS.

A proposta de reforma sindical do governo que, segundo o ministro Ricardo Berzoini, deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional ainda este mês, vai gerar mais polêmica do que a da Previdência. A apresentação do projeto paralelo do deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG) é um prenúncio do que vem por aí. O parlamentar pretende unir os sindicatos descontentes com a proposta do governo e, com isso, dividir o Congresso. Se este grupo terá força para enfrentar o rolo compressor do Planalto, não se sabe. Mas a briga promete.

É uma estratégia bem diferente daquela adotada, no ano passado, durante a tramitação da reforma da Previdência. Na época, boa parte das entidades defendeu a rejeição pura e simples da emenda constitucional. Outro grupo, do qual fazia parte o Sinal, preferiu trabalhar dentro do Congresso para amenizar os estragos causados pela proposta. Desse esforço, nasceu a PEC Paralela, que, a bem da ver-



“O projeto de Sérgio Miranda reconhece a necessidade de uma nova lei sindical, mas quer preservar o sindicato como pilar do sistema e manter a unicidade.”

dade, nunca foi uma alternativa ao texto original. Era apenas um remendo que o Planalto aceitou para contornar as resistências da sua base aliada no Senado.

Seja como for, a luta travada em Brasília deixou uma lição: não basta ser contra, pura e simplesmente. É preciso um projeto de lei para confrontar a iniciativa do Executivo. E, mais do que isso, uma força política para respaldá-lo. Essa força é o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), composto por 16 confederações e três centrais. O grupo faz oposição ao Fórum Nacional do Trabalho (FNT), criado pelo governo, com apoio da CUT, para preparar a reforma.

“O relatório do FNT, base da proposta do governo, hipervaloriza as centrais sindicais e esvazia o sindicalismo de base”, critica Sérgio Miranda. Por este motivo, o projeto do parlamentar vai na direção oposta. Ele reconhece a necessidade de uma nova lei sindical, mas quer preservar o sindicato como pilar do sis-

“Afinal de contas, o que é inegociável? A resposta não é jurídica. A cúpula do PT é favorável à limitação dos direitos inegociáveis. Em parte, pelos compromissos assumidos com a sua base aliada, mas também em função das pressões externas.”

tema e manter a unicidade.

Unicidade, segundo o dicionário Houaiss, quer dizer “qualidade ou estado de ser único”. Unicidade sindical significa que só pode haver uma única entidade representativa de uma categoria dentro de um município. A reforma que o governo quer acaba com a unicidade e concentra o poder nas mãos das centrais sindicais.

Há quem acredite que essa reforma não vai afetar a vida do cidadão comum. O Sinal, porém, tem razões de sobra para pensar o contrário. Basta lembrar o que ocorreu em 2004, nas discussões em torno do reajuste anual do servidor. Numa prévia da nova estrutura sindical, CUT e governo firmaram um acordo nacional sem ouvir as reivindicações do Sindicato. Se dependesse deles, os funcionários do BC teriam de se contentar com o tal “reajuste zero”. Mas, com sindicatos aguerridos na base e uma categoria mobilizada, foi possível conquistar o aumento médio de 22%.

Na mesa de negociação, os direitos trabalhistas

Além de enfraquecer os sindicatos, existe um outro aspecto preocupante na reforma, segundo

Sérgio Miranda: “A proposta do FNT embute a reforma trabalhista na reforma sindical, ao viabilizar o negociado por cima do legislado.”

Este é um dos pontos mais polê-

mic. O relatório do Fórum Nacional do Trabalho fala, claramente, que a lei não poderá cercear o processo de negociação coletiva. Isso, em princípio, abre as portas para que os acordos coletivos possam restringir os direitos do trabalhador assegurados na legislação trabalhista. A CUT, porém, nega que esteja abrindo mão de conquistas históricas, como o 13º salário. A entidade cita outro trecho do mesmo relatório em que se afirma

ARTIGO 8º

Batalha no Congresso

ANTES DE MEXER NA CLT, GOVERNO PRECISA MUDAR A CONSTITUIÇÃO

No meio do caminho, tem uma pedra, já dizia o poeta Carlos Drummond de Andrade. No caso da reforma sindical, esta pedra é o art. 8º da Constituição. Entre outras coisas, o artigo trata de dois itens fundamentais para os trabalhadores. O primeiro deles, no inciso II, proíbe a criação de mais de um sindicato de uma mesma categoria em um mesmo município. Já o inciso III estabelece o sindicato como base de sustentação do sistema.

A pressão que existe, de acordo com Sérgio Miranda, é para alterar o art. 8º. O governo precisa aprovar uma emenda constitucional com uma nova reda-

ção para este artigo. Só depois disso é que a CLT poderá ser alterada, o que vai exigir um projeto específico com este fim.

Há, no entanto, uma lacuna na Constituição. Dezesesseis anos depois da sua promulgação, 17 dispositivos que expressam direitos dos trabalhadores ou dos sindicatos ainda não foram regulamentados. O projeto de Sérgio Miranda trata desses temas, mas sem alterar a estrutura sindical existente. A regularização das centrais sindicais, por exemplo, faz parte da iniciativa, mas sem transformá-las no eixo decisório do sistema.

“Não vai ser fácil para o governo mudar o art. 8º”, avalia o parlamentar. “Serão necessários 305 votos, e já existe massa crítica contra esta emenda constitucional.”

A reforma do serviço público

ENTIDADES QUEREM NEGOCIAR REAJUSTE DO SERVIDOR ANTES DA VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Desde setembro, o governo e a bancada sindical do FNT vêm trabalhando na redação do anteprojeto de negociação coletiva para o serviço público. O Ministério do Trabalho apresentou uma proposta para legalizar a Mesa Central de Negociação Permanente, que existe informalmente desde o início do governo Lula. Está prevista, também, a criação de Mesas Específicas, para analisar reivindicações de carreiras particulares (caso dos funcionários do BC).

A novidade, porém, está nas alterações sugeridas pelas entidades. Os sindicalistas querem incluir um artigo que obrigue o governo a negociar o reajuste do servidor antes do envio da proposta de Orçamento ao Congresso. Em meados de 2003, o Ministério do Planejamento ignorou o pedido dos sindicatos para que a negociação se iniciasse durante a elaboração da peça orçamentária. O resultado é que, em janeiro, o governo foi para a Mesa com o índice de reajuste já aprovado pelos parlamentares.

Tal fato, aliás, ajudou a desmoralizar a Mesa Central. As entidades perceberam que, se o jogo continuasse assim, estariam legi-

timando a política salarial do governo. Com o objetivo de reverter o quadro, foi sugerida a inclusão desse artigo. Se aprovado, as rubricas de despesas com pessoal presentes na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e na Lei Orçamentária terão de ser negociadas com as entidades.

Para Denise Motta Dau, coordenadora da bancada sindical, a regulamentação da negociação coletiva no setor público precisa ser incluída no projeto principal da reforma. “Não podemos perder esse bonde”, diz. A dirigente receia que a regulamentação não venha caso fique reservada para uma lei complementar. Até aqui, isso é o que o governo quer.

que a negociação não poderá ferir direitos definidos em lei como negociáveis.

A CUT argumenta, ainda, que a reforma sindical vai garantir uma das suas bandeiras históricas, o Contrato Coletivo Nacionalmente Articulado. Esse grande acordo teria cláusulas nas quais estariam definidos direitos mínimos para todos os trabalhadores, de um determinado ramo. Em todo o País. As negociações em níveis inferiores poderão melhorar essas cláusulas, nunca o contrário. Para a entidade, não exis-

te nada parecido na proposta do deputado Sérgio Miranda.

A CUT pode até ter razão. O problema é que existem aspectos duvidosos no relatório do Fórum Nacional do Trabalho. E nada garante que o Congresso irá interpretar estes pontos mais obscuros em favor dos trabalhadores. Afinal de contas, o que é inegociável? A resposta a essa questão não é jurídica. A cúpula do PT é favorável à limitação dos direitos inegociáveis. Em parte, pelos compromissos assumidos com a sua base aliada – cada vez

mais conservadora – mas também em função das pressões externas. Em outubro, por exemplo, o diretor-gerente do FMI, Rodrigo de Rato, cobrou do governo Lula a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Nesse cenário, a luta política é que faz a lei. A Constituição é apenas a porta de entrada dos grupos de pressão mais organizados. Como o momento não é favorável aos trabalhadores, em função do desemprego, Sérgio Miranda acha melhor evitar as emendas constitucionais. Este é o desafio do seu projeto. 

Governo continua sem política salarial para o servidor

INCAPAZ DE PROPOR POLÍTICAS GLOBAIS PARA O FUNCIONALISMO, O EXECUTIVO APENAS REAGE ÀS PRESSÕES DOS FUNCIONÁRIOS DO BC.

Mais do que uma greve, um verdadeiro motim. Esta é a palavra exata para definir a paralisação dos servidores do BC. A expressão é forte e, para que não sejamos mal-interpretados, é importante situar o contexto em que a empregamos. Um motim pode ser uma insurreição, no conceito clássico dos militares, ou um genuíno ato de rebeldia.

A segunda acepção traduz o que aconteceu no BC. Os funcionários, através de uma manifestação ordeira e espontânea, se rebelaram contra a inexistência de uma política salarial. O recado ao governo foi claro: sem um plano de carreira consistente, será difícil manter a excelência no Banco Central.

Em nove dias, a greve mobilizou 95% dos funcionários, inclusive o corpo gerencial. No centro do debate, duas questões que estão entrelaçadas. A primeira delas é a própria

dignidade dos servidores, que nos últimos oito anos acumulam perdas salariais de até 58,8%. A segunda diz respeito à lógica de funcionamento do Banco Central. Como o BC poderá ser reconhecido como o guardião da estabilidade se os seus servidores não têm uma política salarial estável?

Governo pede tempo para arrumar a casa

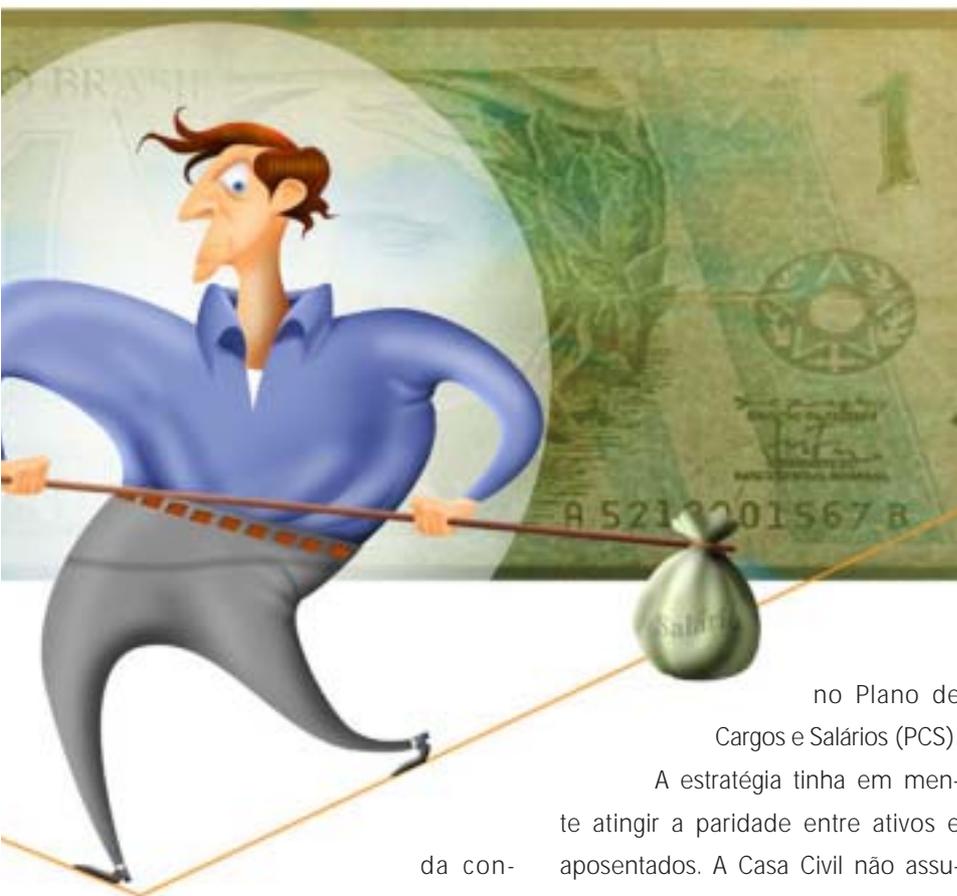
Em busca de respostas, a **Por Sinal** entrevistou Luiz Alberto dos Santos, subchefe de Políticas Governamentais da Casa Civil. Ele afirma que o PT tem uma visão orgânica do serviço público. E, por conta disso, vai precisar de mais tempo para arrumar a casa. O governo anterior, segundo ele, pretendia fortalecer apenas os núcleos de atividades exclusivas e de atividades estratégicas.



“O restante seria privatizado ou terceirizado”, diz Luiz Alberto. “Não havia, então, por que se preocupar com uma política para o serviço público. Já o governo Lula tem uma visão diferente das responsabilidades do Estado e de como elas devem ser cumpridas. Nós entendemos que é preciso ter carreiras ou planos de cargos estruturados em todas as áreas do serviço público. Inclusive nos serviços sociais que prestam atendimento à população”, acrescenta.

O discurso é bom, reflete uma postura contra o desmanche do Estado, mas não é novo. Luiz Fernando Silva, secretário de RH do Ministério do Planejamento no início do governo Lula, dizia as mesmas coisas.

A prática, porém, ainda não mostrou resultados contundentes. Houve, é verdade, o recuo salutar da política de terceirização em favor



da contratação de novos servidores. Mas o que se vê, no dia-a-dia, é muita improvisação. O governo ainda não se encontrou e, sem uma política global para o funcionalismo, apenas reage às greves.

Sérgio Mendonça, que substituiu Luiz Fernando na secretaria de RH, sustenta que a valorização do servidor “é um projeto em construção”. Soa bem, mas a tal construção não está sendo erguida com material de boa qualidade.

Um exemplo disso aconteceu na última campanha salarial. O governo sabia que os funcionários do BC abominam a Gratificação de Desempenho (GD). Os questionáveis critérios de aplicação do instrumento explicam o repúdio. Ainda assim, o governo insistiu, enquanto pôde, em incluir a GD

no Plano de Cargos e Salários (PCS).

A estratégia tinha em mente atingir a paridade entre ativos e aposentados. A Casa Civil não assume tal postura, claro. Mas Luiz Alberto dos Santos destaca a preocupação do governo com o assunto:

“Cálculos do Planejamento mostram que, nos próximos dez anos, 20% dos servidores federais terão condições de se aposentar”, diz ele. “Isso vai causar um forte impacto na folha de pagamento”, prevê.

Esses números não podem ser ignorados, sem dúvida. O problema é que o governo não se preocupa em incentivar a permanência desses servidores no quadro. O interesse recai, exclusivamente, na tentativa de atrair profissionais que permaneceriam na iniciativa privada caso não houvesse um bom estímulo salarial. Já quem está entre o meio e o final de carreira não recebe incentivo nenhum. O governo insiste em

desmotivar esses funcionários justamente na hora em que eles reúnem mais bagagem.

O Sinal vem lutando com unhas e dentes para reverter este quadro. No último PCS, o Sindicato conseguiu duas vitórias. Rejeitou a GD, em primeiro lugar. Além disso, garantiu maior GABC (Gratificação de Atividade do Banco Central) para o pessoal de final de carreira.

“Sabíamos que não era a melhor solução, pois a GABC deveria ser idêntica para todos”, afirma o presidente do Sinal, Sérgio Belsito. “Mas o governo se recusava a discutir a correção do VB (Vencimento Básico). Com isso, não nos restou outra alternativa a não ser uma GABC diferenciada para os servidores mais antigos. Era uma questão de justiça, já que eles foram os mais afetados pelo arrocho salarial promovido por FHC”, explica. Daqui para a frente, será a vez de lutar prioritariamente pela correção do VB. “Só assim o PCS do Banco Central deixará de ser esse monstro repleto de distorções”, avalia o presidente do Sinal.

Futuro incerto para os servidores do BC

Até conquistar a correção do VB, é provável que a categoria se depare com a mesma batalha de 2004. Mesmo derrotado na campanha salarial, o governo não desistiu de usar a GD para corrigir as distorções no nosso PCS.

A única alternativa, na visão de



“O acordo fechado no fim da greve diz respeito, apenas, a 2004. Se o governo ignorar tal fato e ainda passar por cima da revisão geral, a resposta não tardará. E já se sabe como.”

Luiz Alberto, seria a criação de instrumentos de carreira estruturados com base no mérito. Mas isso depende da retomada, em novas bases, do Plano de Gestão Pública. O projeto vinha sendo tocado por Humberto Martins, que até fevereiro era o titular da Secretaria de Gestão. Sua saída deixou esta área totalmente descoberta. E ninguém sabe o que vem por aí. Nem o próprio governo.

É desconhecido, também, o papel que o reajuste linear do servidor terá em 2005. A revisão anual geral está prevista no artigo

37 da Constituição. O mês para a correção linear é janeiro. Foi estabelecido em 2001, no artigo 1º da Lei 10.331. Mesmo assim, o governo simplesmente ignorou o reajuste linear em 2004. Em seu lugar, preferiu a gratificação de desempenho. Ou a reestruturação de planos de cargos (caso do Banco Central).

A opção vem sendo contestada. Há uma ação do PSDB no Supremo Tribunal Federal para obrigar o governo a pagar o reajuste. Consciente de ter violado a Constituição, o Planalto editou uma MP para corrigir o erro.

“O governo concederá, por obrigação constitucional, a revisão geral em 2005. Como também vai conceder uma revisão geral ainda neste ano, retroativa a janeiro”, afirma Luiz Alberto dos Santos. “Não sabemos como vai ser equacionado o índice de reajuste, já que teremos outras etapas de reestruturações de carreiras iniciadas em 2004.” É o caso dos servidores do Ciclo de Gestão e do Banco Central.

Mesmo com a MP, permanece uma dúvida. Como fica a situação de categorias que conseguiram a revisão do seu plano de cargos? O reajuste linear seria abatido do PCS?

Luiz Alberto esclarece que esta hipótese não se aplica ao Banco Central. Por um único motivo: o desconto só poderia existir se a alteração nas tabelas do PCS tivesse sido feita em cima do vencimento básico.

Quanto ao papel que o reajuste

linear terá no ano que vem, permanece o mistério. “Eu defendo que o reajuste geral deve repor a inflação, mas isso não é consenso no governo”, afirma o representante da Casa Civil.

Há um complicador que dificulta uma postura mais clara do governo. No início de novembro, a Câmara e o Senado decidiram conceder um reajuste de 15% aos servidores do Legislativo. Os presidentes das duas Casas reconheceram que esse percentual era devido a título de correção das perdas de 2003/2004.

O Planalto está preocupado com a repercussão da medida. Logicamente, os servidores do Executivo vão querer o mesmo reajuste. Até porque a União concedeu apenas 1% de correção em 2003, e nada em 2004. A 20ª Assembleia Nacional Deliberativa do Sinal, por exemplo, sentiu os efeitos da decisão do Congresso. Os delegados aprovaram, na pauta de reivindicações para a campanha salarial de 2005, o mesmo índice de 15%. E ainda querem mais 37,08% para repor as perdas inflacionárias de junho de 1998 a dezembro de 2002.

Além do reajuste geral, há uma questão de honra para os funcionários do Banco Central. O acordo fechado no fim da greve diz respeito, apenas, a 2004. Se o governo ignorar tal fato e ainda passar por cima da revisão geral, a resposta não tardará. E já se sabe como. 

BC perde cerca de 50% dos seus recursos

PRESIDENTE DO SINAL MOSTRA COMO O CONTINGENCIAMENTO DO ORÇAMENTO PREJUDICA AS ATIVIDADES DO BANCO

O Banco Central passa o ano inteiro na berlinda em função do sobe-desse da taxa Selic. No entanto, a sociedade desconhece que a instituição vem trabalhando no limite. Em 2004, por exemplo, se considerados os cortes e os contingenciamentos sofridos em relação à proposta de orçamento organizacional encaminhada pela autarquia, o BC perdeu cerca de 50% dos recursos pleiteados. O corte afetou a manutenção de boa parte das atividades essenciais do Banco e as necessidades de expansão da máquina. Dizendo em bom português, isso é um absurdo. Fruto do contingenciamento de recursos feito pelo governo, que só se preocupa com as metas de superávit primário.

O Sinal vem criticando esta política há bastante tempo. Ela afeta a qualidade de todo o serviço público, limita a capacidade de investimento do País e dificulta a geração de empregos. A forma como o governo a executa parece uma novela da Globo. Só que o tal “ponto de virada” – aquele em que o mocinho encara o desafio de vencer o vilão – não che-



“Mesmo com a arrecadação batendo recordes, até maio de 2004, a torneira do Tesouro continuava praticamente fechada. O BC recebeu muito pouco da chamada Fonte 100.”

ga nunca. Tomando emprestada a alegoria de Luis Fernando Verissimo, parece que o super Lula não quer derrubar o **superávit** primário. Muito pelo contrário. Assim como FHC, o governo do PT mantém a política de atingir o superávit à custa da precarização do Estado.

Os ministérios sentem na carne os efeitos do contingenciamento do OGU (Orçamento Geral da União). Alguns órgãos ficam praticamente paralisados. Ainda assim, boa parte da mídia insiste em criticar as deficiências do Estado. Como se não soubesse que os servidores não dispõem dos recursos necessários para exercerem suas funções plenamente.

O caso do Banco Central é exemplar. Neste artigo, mostro como o governo transformou o orçamento do BC para 2004 em uma mentira. São vários capítulos de uma trama que vem se repetindo, ano a ano. Sem final feliz.

CAPÍTULO 1

O primeiro corte

Em julho de 2003, a proposta orçamentária do Banco Central aguardava o parecer da SOF (Secretaria de Orçamento Federal). Em tese, é o órgão responsável pela racionalidade do OGU. Em tese, eu repito. Da proposta original do BC para 2004, relativa às despesas ditas discricionárias (compreende todas as despesas de custeio da máquina e de investimen-

tos, com exceção dos gastos com pessoal, encargos sociais, amortizações e encargos da dívida e precatórios judiciais), a SOF cancelou 28% dos recursos de custeio e 34% dos investimentos. Logo no primeiro capítulo dessa novela. Mas, vida que segue, o projeto do OGU foi concluído e enviado ao Congresso. No dia 31 de agosto, como manda a lei.

No Parlamento, felizmente, não houve sobressaltos. Deputados e senadores não mexeram nas dotações do BC já mutiladas pela SOF. Em 22 de dezembro, véspera da votação do Orçamento, o ministro Mantega, do Planejamento, afirmou, categórico:

“Em 2004 não haverá mais o jogo do faz-de-conta. O Orçamento do próximo ano dificilmente sofrerá cortes ou será contingenciado.”

Com este espírito, o Orçamento Geral foi votado pelo Congresso, em 23 de dezembro, e sancionado pelo presidente, em 16 de janeiro. A partir daí, o Executivo tinha até 30 dias para publicar o decreto que iria estabelecer a programação orçamentária e financeira.

Os dias que antecederam a edição desse decreto foram confusos. O governo, para espanto de muitos parlamentares – inclusive o petista Jorge Bittar, relator do Orçamento –, estava dividido. Os “desenvolvimentistas” se diziam contrários ao contingenciamento. Já os “fiscalistas” queriam fechar o cofre e segurar até R\$ 9 bilhões.

Para muita gente, essa divisão não mudaria o rumo das coisas. Sendo assim, só havia uma pergunta a fazer: qual o tamanho do corte?

CAPÍTULO 2

Mais um contingenciamento

Em 18 de fevereiro, o jogo ficou claro. Com o Decreto 4.992, o governo consolidou um contingenciamento de R\$ 6 bilhões. Justificativa: as novas previsões de arrecadação. Vamos arrecadar R\$ 5,1 bilhões a menos, dizia a equipe econômica. Mas, cinco dias antes, a Receita Federal anunciou que a arrecadação do governo era a maior da História para o mês de janeiro. Totalizou R\$ 28,170 bilhões, R\$ 1 bilhão a mais do que a Receita esperava recolher.

Apesar disso, o contingenciamento estava de volta. O Executivo reteve R\$ 2,5 bilhões destinados ao custeio da máquina, R\$ 3,2 bilhões para investimento e R\$ 0,3 bilhão para reserva. Tais valores produziram um limite de empenho das despesas primárias da ordem de 8%. Este limite representava, em termos práticos, o que cada órgão deveria abater da sua previsão de gastos. O BC, por exemplo, ficava proibido de licitar tendo como parâmetro os recursos sancionados na Lei Orçamentária. Na vida real, valiam os valores comprometidos pelo limite de empenho.

CAPÍTULO 3

Outro corte. Situação fica dramática

A limitação de empenho não é a única dor de cabeça para o administrador do BC. O Executivo informou, naquele mesmo decreto, que o limite de pagamento para as despesas discricionárias financiadas com recursos do Tesouro Nacional seria de 80% da dotação aprovada. Isso quer

dizer que o Banco Central perderia 20% – e não apenas 14% – dos recursos que receberia.

Nessa hora, os gestores públicos de todo o País, incluindo os do BC, já estavam prestes a jogar a toalha. Eles sabiam que os recursos financeiros de que dispunham não seriam suficientes. Além dos compromissos empenhados no exercício, é comum haver restos a pagar do ano anterior.

A situação estava começando a ficar dramática.

CAPÍTULO 4

Para o BC pouco. Já para o FMI...

Mesmo com a arrecadação batendo recordes, até maio de 2004, a torneira do Tesouro continuava praticamente fechada. O BC recebeu muito pouco da chamada Fonte 100, que corresponde ao repasse das arrecadações. Nitidamente, o Executivo priorizou o cumprimento da meta de superávit primário para o semestre. Em abril, o governo já havia economizado R\$ 32,4 bilhões, equivalente a 6,4% do PIB. Com esse resultado, praticamente ficou cumprida a meta estabelecida no atual acordo com o FMI. Só então o governo começou a pensar, de fato, no tal cronograma de desembolso.

Como o Banco Central enfrentou uma situação dessas? Bem, o Banco dispõe de arrecadação própria, mas o problema é que existem limitações constitucionais para utilização desses recursos. A única alternativa é, pura e simplesmente, restringir o funcionamento de suas atividades essenciais, como a fiscalização.

Estima-se que, ao final de todos esses cortes e restrições, o BC tenha perdido em torno de 50% das dotações originalmente previstas na proposta orçamentária enviada à SOF. E não adianta o Tesouro, no último trimestre do ano, resolver abrir a torneira. Os prazos exigidos pela Lei 8.666 para uma licitação, por exemplo, já não serão cumpridos. O dinheiro não chega na hora que é necessário, e quando chega, no fim do ano, não pode ser gasto!

CAPÍTULO 5

Fiscalização fica difícil

O horizonte não parece nada promissor. Tudo indica que o contingenciamento vai continuar. E, para piorar a história, vai ficar mais difícil fiscalizar a execução orçamentária. Votos do presidente Lula à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005 sinalizam nessa direção.

O artigo 73 da LDO, por exemplo, estabelecia instrumentos para o Congresso controlar a limitação de empenho e a movimentação financeira. Já o artigo 100 previa o acesso irrestrito aos sistemas informatizados do Executivo, como o Siafi (que registra os gastos do governo). Os votos do Planalto mostram que o PT não se preocupa mais com a transparência nas políticas públicas. Logo esta, que sempre foi uma das principais bandeiras do partido.

Nesse cenário, falar em planejamento parece uma piada. No caso do BC, a situação leva ao desânimo boa parte do corpo gerencial. Ainda assim, os gestores do Banco continuam lu-



“Nesse cenário, falar em planejamento parece uma piada. No caso do BC, a situação leva ao desânimo boa parte do corpo gerencial. São pessoas sérias, que lutam dia e noite por uma gestão operacional mais eficaz.”

tando, dando o melhor de si. São pessoas sérias, que lutam dia e noite por uma gestão operacional mais eficaz, em sintonia com a visão de futuro do BC. Mas, com este orçamento de mentira, os instrumentos de gestão se revelam inúteis. E, com isso, o Banco Central deixa de ter condições de atender às expectativas da sociedade.

CENAS DOS PRÓXIMOS CAPÍTULOS

Há dois caminhos a seguir. O primeiro: a implantação do caráter impositivo para o Orçamento da União. O segundo: fixar mecanismos que impeçam o contingenciamento dos recursos do Banco Central.

O mais lógico, e que considera o bem coletivo, seria construir um orça-

mento impositivo. Atualmente, a proposta votada pelo Congresso é apenas autorizativa. O governo tem margem para fazer toda a sorte de manipulação e contingenciamento dos recursos. Se o orçamento fosse impositivo, como nos EUA, haveria mais seriedade e eficiência nos gastos públicos.

Evidentemente, ninguém seria insano a ponto de desconsiderar situações emergenciais. Calamidades acontecem. Turbulências internacionais podem afetar o preço do petróleo e derrubar os papéis brasileiros. Mas tudo isso estaria contemplado em uma reserva de contingência séria. Bem diferente do que acontece hoje, quando a programação financeira é alterada bimestralmente de olho, apenas, nas metas do superávit primário.

Quanto aos mecanismos capazes de impedir o contingenciamento dos recursos do BC, há duas opções. A primeira seria dar ao Banco a independência orçamentária; a outra, excluí-lo da possibilidade de contingenciamento. O BC continuaria no Orçamento da União, mas, a exemplo do que já acontece no Poder Judiciário, não poderia ter suas verbas contingenciadas.

O fato é que, se não houver profundas mudanças, dificilmente teremos uma máquina pública eficiente, capaz de honrar o dinheiro do contribuinte. A sociedade precisa tomar consciência do que está por trás do Orçamento Geral da União. Chegou a hora de encontrar um outro destino a essa novela de terceira categoria. 

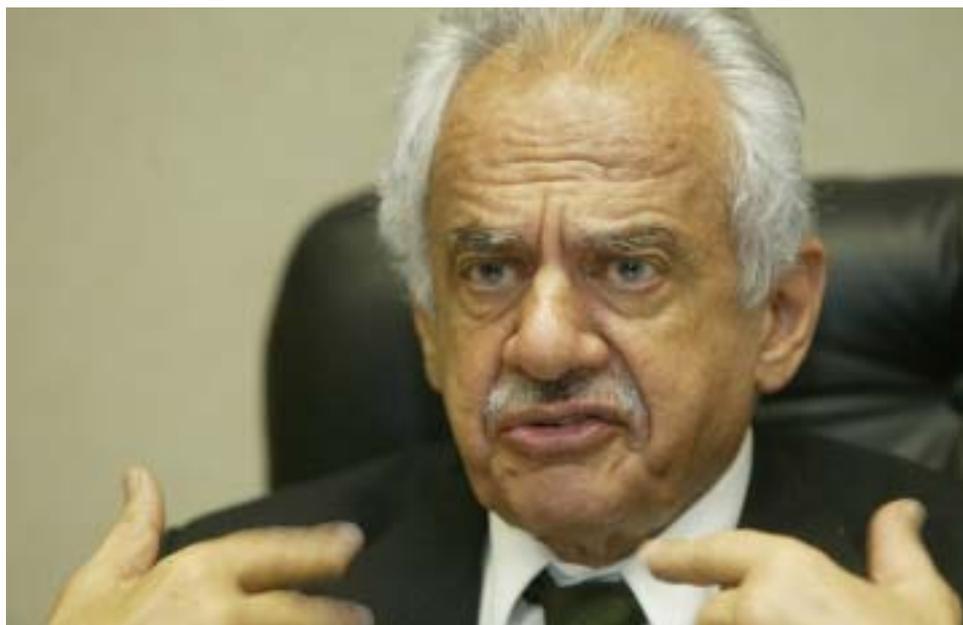
SÉRGIO BELSITO

“Lula é o terceiro tempo do governo FHC”

*SENADOR GAÚCHO RECEBE A **POR SINAL** NO DIA EM QUE SEU AMIGO CARLOS LESSA FOI AFASTADO DO BNDES.*

JEFFERSON GUEDES OLIVEIRA

O senador Pedro Simon é conhecido pela forma veemente como defende os interesses brasileiros. Em momentos de crise, um pronunciamento dele pode até decidir a sorte de um ministro. Em 1998, ao interpelar o ministro das Comunicações, Luiz Carlos



Mendonça de Barros, Simon sugeriu a sua renúncia. A atuação de Mendonça como presidente do BNDES estava sendo questionada – um grampo revelou que ele não conduzira a privatização da Telebrás com neutralidade. O impacto das palavras de Simon não deixou a Mendonça de Barros outra alternativa. Ele “desligou-se” do governo. No último dia 18 de novembro, no entanto, Simon sentia-se impotente. Seu amigo de longa data, Carlos Lessa, acabava de ser demitido do mesmo BNDES. Foi nesse clima que ele recebeu a reportagem da **Por Sinal**. Profunda-

mente indignado, Pedro Simon não poupou críticas ao presidente do Banco Central, pivô da demissão de Lessa. “Ele é uma vedete”, afirmou o senador. Mas Meirelles não foi o único alvo. Não faltaram críticas a Lula, Mantega e até mesmo ao seu partido, o PMDB. Que o senador insiste em chamar de MDB. Em respeito, ao que tudo indica, à memória de nomes como Ulisses Guimarães, e também ao seu próprio passado. Afinal, o velho Movimento Democrático Brasileiro foi, um dia, a trincheira que esses homens usaram para combater a ditadura.

“O fato é que a corrente desenvolvimentista do governo recebeu duas pauladas no mesmo dia com a saída de Lessa e de Frei Betto.”

QUEM DERRUBOU LESSA

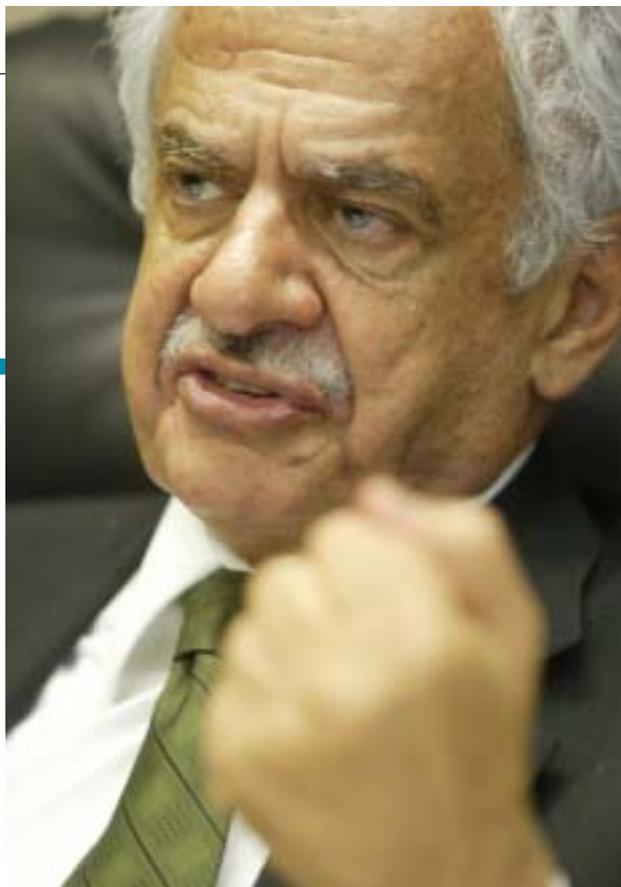
A demissão de Lessa mereceu várias versões. Há quem diga que o economista caiu por ter atingido os interesses dos bancos privados. Para Simon, é evidente que a corrente “desenvolvimentista” do governo está enfraquecida:

“Lessa tinha uma política bem diferente daquela do presidente do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Ele sempre foi comprometido com o desenvolvimento, com a indústria nacional. Não entendo como se tira uma pessoa como Lessa de um banco com a importância do BNDE para botar o Mantega em seu lugar. O coitado do Mantega é uma manteiga adocicada. Você não vê uma palavra, em nenhum canto, uma frase que seja do Ministro do Planejamento discordando do Ministro da Fazenda. Ele já era um assecla, um braço do Ministério da Fazenda. O fato é que a corrente desenvolvimentista do governo recebeu duas pauladas no mesmo dia com a saída de Lessa e de Frei Betto.”

O ‘S’ DO BNDE

Simon omite o “S” da sigla BNDES. Seria um lapso de memória? Afinal, o velho BNDE incluiu o “S”, de Social, em 1982. Justamente para marcar um novo conceito de desenvolvimento. O senador explica a razão deste “lapso”:

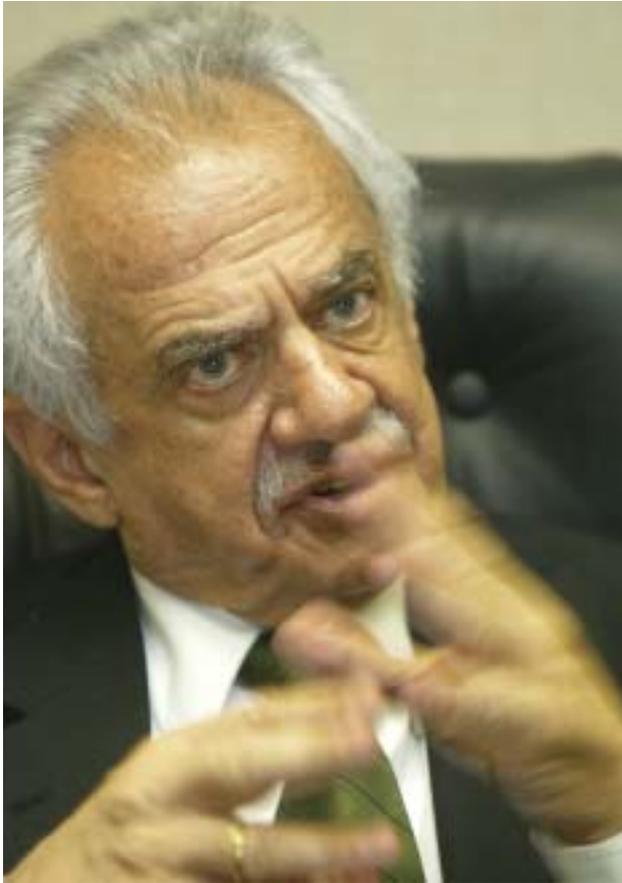
“Ninguém se lembra mais desse “S”. Pensei que



passaria a existir no governo Lula. Ele deveria ser o grande cimento do desenvolvimento, considerando o contexto geral da nação brasileira. Já houve confusão com o Banco e os fundos de pensão nas privatizações do governo Fernando Henrique. Isso determinou a queda de um ministro. Agora, havia uma posição realmente antagônica entre o nosso amigo presidente do BNDE e a área financeira. E eu estranho que Lessa saia no mesmo dia em que as PPPs (Parcerias Público-Privadas) foram aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.”

O PAPEL DAS PPPs

Lessa via as PPP como um complemento para viabilizar alguns projetos de infra-estrutura. Mas não a ponto de dispensar o investimento direto do Estado, como parece ser a intenção do governo. Já Simon é mais radical:



“As privatizações foram um capítulo grave da nossa história. O governo federal vendeu a Vale do Rio Doce por um preço inferior ao que o governador Britto vendeu a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul). A coitada era a pior empresa do setor, porque era baseada no carvão. Ainda assim, eu tenho dito: as PPPs são mais delicadas do que as privatizações, porque as empresas querem tocar os investimentos com dinheiro do BNDE, sem nenhum risco. Assim qualquer um pode ser empresário.

É verdade que o projeto saiu melhor do que entrou. Eu apresentei várias emendas e quase todas foram aprovadas. Em função disso, muitos disseram: “viu como o Senado melhorou o projeto?” Isso me fez lembrar a ditadura, quando os militares colocavam certos artigos nos projetos que nos levavam a pensar: “colocaram o *bode*”. Ou seja, eram artigos absurdos. Estavam lá apenas para nos dar a chance de retirá-los.”

“Não tem explicação o PT colocá-lo na presidência do BC. Nem mesmo para apaziguar o mercado. Aliás, em dois meses de mandato o governo já havia apaziguado o mercado.”

MEIRELLES NO BC

Simon não se conforma por ter sido Meirelles o pivô da demissão de Carlos Lessa. Até hoje, o senador não vê razão para sua permanência à frente do BC. Nem mesmo para apaziguar o mercado:

“Lessa deu uma entrevista dura à Folha de S. Paulo em resposta ao presidente do Banco Central. Meirelles, tendo como escudo o Ministro da Fazenda, culpou os créditos de aplicação obrigatória, gerenciados por BNDE, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, pelo alto custo do dinheiro. Isso é um absurdo.

O PT fez um carnaval danado quando Fernando Henrique convidou para a presidência do Banco Central alguém (Armínio Fraga) que era funcionário do George Soros, o maior investidor mundial. Mas aí vem o PT para o governo e coloca no BC o ex-presidente mundial do Banco de Boston, o primeiro estrangeiro a ser presidente do Banco de Boston mundial. Começam, então, a aparecer uma série de denúncias contra ele – verdadeiras ou falsas, não sei. O governo, em resposta, baixa essa medida fantástica que lhe confere *status de ministro*, que só pode ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Esse senhor é um banqueiro internacional. Não tem nenhum sentimento, nem com os banqueiros nacionais, nem com a política brasileira. Não tem explicação o PT colocá-lo na presidência do BC. Nem mesmo para apaziguar o mercado. Aliás, em dois meses de mandato o governo já havia apaziguado o mercado. Já estava todo mundo contente.”

CRESCIMENTO x INFLAÇÃO

O dilema crescimento x inflação continua dividindo opiniões. Simon entende que já é hora mudar o disco:

“Nós estamos no terceiro tempo do governo Fernando Henrique. A briga entre o desenvolvimento e a inflação está se repetindo. Na época de FHC, até o Serra, que depois foi derrotado pelo Lula, era defensor do crescimento. Ele perdeu a briga para o Malan e saiu do Ministério do Planejamento.

No governo Fernando Henrique, no entanto, essa discussão era mais intensa. O Serra tinha mais força e havia mais gente, como ele, que defendia o desenvolvimento. Hoje não se vê isso. Meirelles é muito mais vedete do que era o ministro da Fazenda, Pedro Malan. O Malan não era tão dono da questão porque Fernando Henrique se destacava mais nessa discussão. Hoje o Lula não fala desse assunto.

A grande verdade é que a gente esperava mais do Lula (e ainda está esperando), principalmente na questão da

dívida. Gastar R\$ 150 bilhões só com pagamento de juros não dá. A Argentina fez moratória e hoje está se reerguendo.”

DIÁLOGO COM OS TRABALHADORES

Uma das maiores qualidades de Lula, dizia-se, é que ele seria o mais preparado para dialogar com trabalhadores e empresários. Para Simon, a realidade não confirma esta virtude:

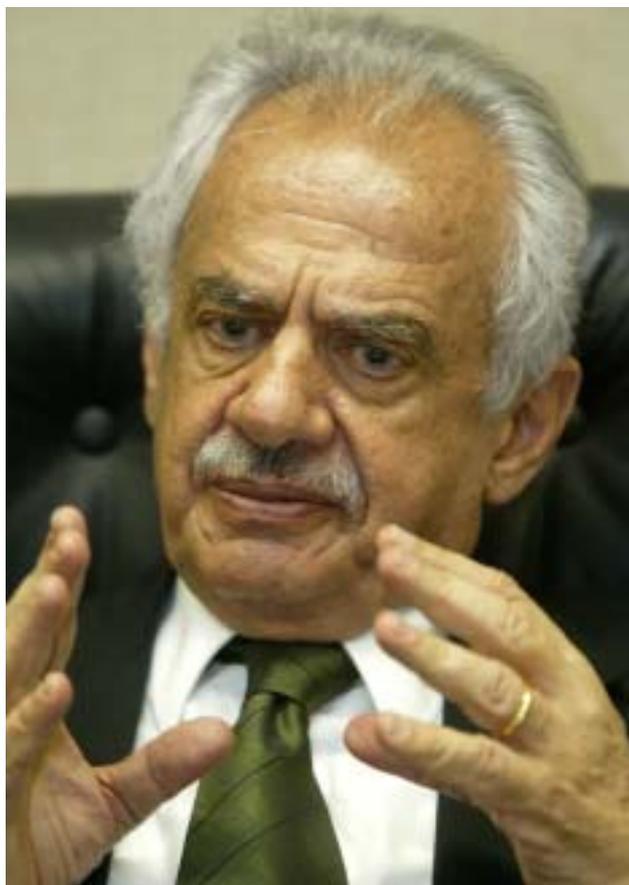
“Outro dia, em uma palestra para empresários, Lula disse: “Tenho conversado muito com empresário e pouco com trabalhador. É por causa da minha função”.

Eu digo (*aqui, o senador dirige-se a Lula*): “Não, Presidente, não existe nada que diga que é da sua função falar mais com empresário do que com trabalhador. O senhor não está se dando conta que também é da nossa função ir à favela, ao bairro, sentir o problema do desemprego. Aquilo que o senhor fez quando foi candidato e visitou o País afora”.

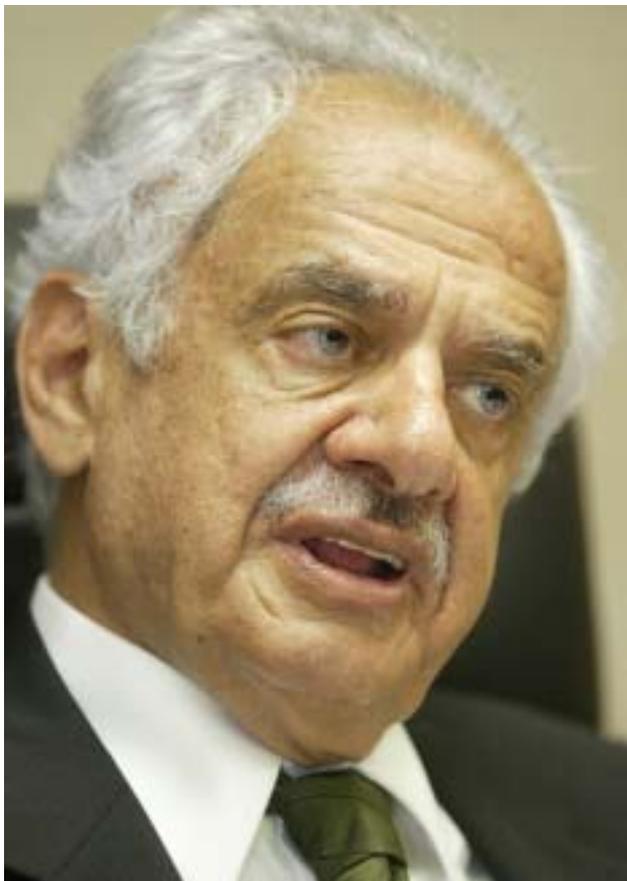
A EQUIPE DE LULA

“Dize-me com quem andas, e eu te direi quem és.” O surrado provérbio não encontra eco no senador Pedro Simon. Ele continua acreditando na figura de Lula, apesar dos assessores que o cercam:

“Não vi nada no Lula, ele assinar algum ato ou fazer alguma coisa que envolvesse a sua dignidade. Ele fala bem, tem presença, mas não é um homem de realizar, de decidir. Então, o que tem de mal é que, em torno do Lula, o



“A gente esperava mais do Lula, principalmente na questão da dívida. Gastar R\$ 150 bilhões só com pagamento de juros não dá. A Argentina fez moratória e hoje está se reerguendo.”



PT não teve a competência de montar uma equipe que levasse o Brasil adiante. Não tem uma pessoa que lhe diga: “ô, Lula, não compra esse avião, pô!” Fernando Henrique levou oito anos brigando para comprar o avião. Dizia que era uma vergonha ir à França e o “teco-teco” dele não poder pousar no aeroporto central. Tinha de descer lá num canto porque o barulho era enorme. Mas não deixaram ele comprar o avião. Também a reforma do Planalto é do tempo do Fernando Henrique. Então vem o PT fazer uma reforma de não sei quantos milhões! Deixa a reforma para lá, se for o caso o Presidente vai morar na Granja do Torto. Não é hora de se gastar esse dinheiro. Mas isso não é culpa do Lula. Ele ainda é a mesma pessoa de antes.”

A REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 192

Simon foi informado das decisões da AND sobre o perfil que a categoria deseja para o Banco Central. Mas ele acha que não é hora de regulamentar o artigo 192 da Constituição, que trata das atribuições do BC:

“Em torno do Lula, o PT não teve a competência de montar uma equipe que levasse o Brasil adiante. Não tem uma pessoa que lhe diga: “ô, Lula, não compra esse avião, pô!”

“Estamos em um momento ruim para regulamentar esse artigo. Não sei qual projeto seria mais conservador, se o projeto do PT ou projeto PSDB-PFL. É melhor não mexer nisso agora.”

O FUTURO DO PMDB

O PMDB vai decidir o que quer da vida em Convenção Nacional marcada para 12 de dezembro. Candidatura própria à Presidência e entrega dos cargos no governo estão na pauta. Simon critica a falta de identidade do partido:

– O MDB vem mal desde a morte do Dr. Tancredo e a posse de Sarney na Presidência. A partir daí, a briga de Sarney com o Dr. Ulisses e depois a morte de Ulisses deixou o MDB sem comando. Não temos uma linha. Eu tentei me candidatar à Presidência em 2002, mas a direção partidária preferiu um acordo com o PSDB. A grande vitória, para eles, era tirar o Marco Maciel de vice e colocar um integrante do partido. E conseguiram. Conseguiram e perderam. Depois, aqueles mesmos que estavam com o Serra e o PSDB, se uniram ao PT. Fizeram a coligação, indicaram ministros.

Eu fui contrário, mas não queria que o MDB fosse para a oposição. Porque se o partido entra na oposição cria uma maioria tão grande que pode gerar uma instabilidade ao governo. Achava que o MDB deveria apoiar a governabilidade, mas um apoio crítico. E essa turma não, quis entrar no governo. E agora que está dando essa confusão toda, querem sair. 



CAPs, a ilha de refúgio dos correntistas

NOS PRIMEIROS OITO MESES DESTA ANO, MAIS DE 10 MIL QUEIXAS DE USUÁRIOS DO SISTEMA FINANCEIRO FORAM JULGADAS PROCEDENTES E SOLUCIONADAS PELAS CENTRAIS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO BC.

Submetido a filas cada vez maiores, taxas de serviço exorbitantes e ao descaso no atendimento a pedidos de informações, o usuário do Sistema Financeiro Nacional conta basicamente com as Centrais de Atendimento ao Público – que funcionam na sede do Banco Central e nas representações regionais vincu-

ladas à presidência do Banco – para obter respostas às suas queixas. Não é muito, mas já é alguma coisa.

As CAPs prestam, em média, 600 mil atendimentos anuais. Atendem diariamente cidadãos de todo o território nacional, seja pessoalmente, seja por meio de ligações telefônicas, e-mails e correspondências. O maior

volume de consultas vem pela linha direta com o Banco pelo número 0800 992345, com ligação gratuita de qualquer parte do País. No ano passado, mais de 10 mil denúncias procedentes foram apuradas. O número já era maior antes do fim deste ano. Até setembro, mais de 14 mil queixas foram julgadas procedentes e solucionadas.



“A Gerência Técnica de São Paulo tem apenas 26 pessoas lotadas na Central de Atendimento. Na representação de Curitiba, a equipe também é enxuta: 11 servidores para atender em média a mais de 3 mil ligações por mês.”

Do total, cerca de 1.000 foram encaminhadas às unidades componentes do Sistema de Supervisão do Banco Central do Brasil para verificações específicas dos procedimentos adotados pelas instituições fiscalizadas.

As queixas são muitas – uma das mais frequentes sobre o tempo de demora na fila, que resiste à omissão do Banco Central ao não tratar normativamente do assunto e a leis municipais e estaduais que acabam por esbarrar nos recursos das instituições bancárias às instâncias superiores da Justiça (leia quadro abaixo). Nem os maiores conglomerados financeiros, que contam em carteira com mais de um milhão de correntistas,

escapam. De acordo com dados recentes do BC, entre os líderes do ranking negativo de 2004 estão instituições como o Santander/Banespa, Unibanco, Itaú, ABN AMRO, Banrisul, Banco do Brasil, Bradesco e HSBC (leia quadro na página seguinte).

Equipe pequena, mas eficiente

São reclamações usuais, todo o dia anotadas e encaminhadas para pro-

vidências por cerca de uma centena de funcionários. É gente qualificada e consciente dos direitos de cidadãos dos usuários do sistema que, apesar da pequena estrutura e da falta de respaldo institucional do BC, não deixa as queixas caírem nos desvãos da burocracia.

A Gerência Técnica de São Paulo tem apenas 26 pessoas lotadas na Central de Atendimento ao Público, com seis pontos de atendimento si-

BALCÃO DE RECLAMAÇÕES

Ponte entre a sociedade e o sistema financeiro, diariamente as Centrais anotam e encaminham para providências as diversas queixas que recebem dos usuários. Confira as mais frequentes:

Tempo de demora na fila – As normas do BC não tratam do assunto, mas estados e municípios editaram leis delimitando o tempo nas filas. A pressão é grande. As instituições financeiras têm derrubado os autos de infração do Procon com a alegação de que o tema é de competência exclusiva do Banco.

Tarifas bancárias – Bancos e financeiras têm cobrado valores abusivos. Exemplo: o cidadão que quer “limpar” o nome do cadastro de cheques sem fundos tem de pagar até R\$ 52 a alguns bancos – além dos R\$ 19 cobrados pela devolução do cheque.

Juros bancários – Certamente um dos maiores do mundo. Em alguns casos chegam a até 10% ao mês.

Desconto de cheques - A Resolução 2.878 dispõe que as instituições poderão postergar para o expediente seguinte o pagamento de saques de valores acima de R\$ 5 mil. A medida, porém, contraria a Lei 7.357/85, mais conhecida como Lei do Cheque, que dispõe que “o cheque contém ordem incondicional de pagar quantia determinada”.

A Resolução 2.878 visa proteger as instituições financeiras, evitando encaixe alto, suscetível a assaltos. Contudo, ela desrespeita a legislação vigente e deixa o cidadão sem o seu direito de sacar à vista os seus recursos.

multâneo no telefone 0800 – principal canal de comunicação entre o Banco e o cidadão. “O grande problema é que o atendimento é apenas pontual”, diz Jorge Néelson, representante do Sinal.

Isso significa, por exemplo, que quando algum banco cobra uma tarifa indevida e alguém reclama, só o queixoso é ressarcido. Somente os casos mais graves são encaminhados ao Departamento de Supervisão Bancária (Desup), encarregado da fiscalização. “As centrais são a ponte entre a sociedade e o sistema financeiro, mas não têm muita visibilidade, afirma Jorge Néelson.”

Na representação de Curitiba, com jurisdição sobre todo o Estado do Paraná e ainda Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, são apenas 11 servidores para atender em média a mais de 3 mil ligações por mês. Qualquer telefonema para o 0800 992345 efetivado nesses estados é direcionado para a CAP/Curitiba. Ali trabalham um gerente técnico, um assessor júnior, um responsável pelos correios eletrônicos, dois analistas dos processos formais das denúncias, reclamações e consultas, cinco atendentes do telefone 0800 e uma pessoa responsável pelo atendimento no balcão.

“Quando a demanda aumenta, todos atendem ao 0800. Há um rodízio, inclusive no atendimento pessoal”, ressalta o analista João Freitas. Quando se trata de pedido de informação ou esclarecimento, o atendimento é tempestivo e com qualidade. Os analistas que trabalham no

setor têm grande experiência profissional. A maioria é oriunda da área de Fiscalização que foi desativada em Curitiba na reestruturação ocorrida em 1999.

Consumidor bancário à deriva

“Pela simples leitura da legislação aplicável ao assunto, percebe-se que o BC não pode ser confundido com uma agência reguladora, cabendo ressaltar que não lhe assiste, de forma precípua, a defesa dos direitos do consumidor”, esclarece um trecho do *link* voltado ao atendimento do cidadão na página do BC na Internet.

É o tipo de definição que joga na vala do descaso a Resolução 2.878, de julho de 2001, alterada em alguns pontos pela Resolução 2.892, de setembro do mesmo ano, na tentativa de que as instituições financeiras adotassem procedimentos visando ao cumprimento de alguns pontos do Código de Defesa do Consumidor. As normas não atendem aos anseios da população porque pontos importantes, como o tempo de demora nas filas, por exemplo, não foram contemplados.

Um espelho disso se reflete na pesquisa realizada pelo Procon de São Paulo em outubro e novembro. As diferenças das tarifas chegavam a 369% de um banco para outro. Enquanto o Santander cobrava R\$ 2,30 pela emissão de um cartão magnético, o Itaú aplicava um valor de R\$ 10,80 pelo mesmo serviço – no Real, Unibanco, HSBC e Banco do Brasil essa cobrança não existia. Até



“São funcionários qualificados e conscientes dos direitos de cidadãos dos usuários do sistema que, apesar da pequena estrutura e da falta de respaldo institucional do BC, não deixam as queixas caírem nos desvãos da burocracia.”

o saque no caixa eletrônico, alternativa do sistema ao enxugamento de pessoal, é variável. No HSBC, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú e Nossa Caixa, o correntista é isento. Outros bancos, porém, cobram de R\$ 0,90 a R\$ 2,05 de tarifa.

“Se a Justiça reconhece a competência exclusiva do Banco Central em questões como a das filas e a dos valores absurdos das tarifas bancárias cobradas por algumas instituições, está na hora de responder aos questionamentos do consumidor bancário”, diz João Freitas. “Mesmo que não haja competência exclusiva, é inquestionável o poder de o BC normatizar a matéria.”

OS CAMPEÕES DE QUEIXAS

Ranking das instituições financeiras que receberam maior volume de denúncias e reclamações em 2004 (*)

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro
BANCOS COM MAIS DE UM MILHÃO DE CLIENTES									
Santander Banespa	–	4º	–	5º	2º	5º	3º	4º	1º
Unibanco	4º	1º	1º	2º	4º	4º	1º	1º	2º
Itaú	–	–	5º	–	5º	–	5º	–	3º
ABN AMRO	3º	2º	3º	4º	–	1º	2º	3º	4º
Banrisul	1º	–	–	–	–	–	–	–	5º
Banco do Brasil	2º	3º	2º	1º	1º	2º	4º	2º	–
Bradesco	–	–	4º	–	3º	–	–	5º	–
HSBC Bank Brasil	5º	5º	–	3º	–	3º	–	–	–
BANCOS COM MENOS DE UM MILHÃO DE CLIENTES									
Bancoob	–	–	–	–	–	1º	1º	1º	1º
BMG	–	–	–	1º	1º	2º	3º	3º	2º
Panamericano	1º	1º	1º	2º	2º	3º	4º	4º	3º
Citibank	–	–	–	–	–	–	–	–	4º
BRB	2º	2º	2º	4º	4º	–	–	–	5º
Cacique	–	–	–	–	–	–	2º	2º	–
Mercantil	3º	3º	3º	3º	5º	–	–	5º	–
Cruzeiro do Sul	–	–	–	–	3º	4º	5º	–	–
Schahin	–	–	–	–	–	5º	–	–	–
Banpará	–	4º	–	–	–	–	–	–	–
ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS									
Mamoré	2º	2º	2º	–	1º	–	1º	–	1º
Tedesco	4º	–	3º	–	2º	1º	2º	1º	2º
Planinveste	3º	3º	–	–	–	–	–	3º	3º
Fiat	–	5º	5º	2º	4º	–	–	5º	4º
GM	–	–	–	5º	–	–	–	–	5º
Tagide	–	4º	–	–	–	–	–	2º	–
Saga	–	–	–	–	–	–	–	4º	–
Casa do Rádio	–	–	–	–	–	2º	3º	–	–
Contempla	–	–	–	–	–	–	4º	–	–
Recon	–	–	–	–	–	–	5º	–	–
Adetec	–	–	4º	–	3º	3º	–	–	–
Yamaha	–	–	–	–	–	4º	–	–	–
Remaza	–	–	–	–	–	5º	–	–	–
Santa Ignez	5º	–	–	–	5º	–	–	–	–
Confiança	–	–	–	1º	–	–	–	–	–
Novaterra	–	–	–	3º	–	–	–	–	–
Panamericano	–	–	–	4º	–	–	–	–	–
Conslar	–	1º	1º	–	–	–	–	–	–
Verba	1º	–	–	–	–	–	–	–	–

* Ranking dos cinco primeiros colocados

Fonte: Banco Central

Depoimentos atestam a qualidade dos serviços prestados pelas CAPs e seu compromisso com os direitos dos usuários do sistema bancário

“Para quem – como eu – tem se dedicado à defesa do consumidor desde longa data, mostra-se extremamente gratificante a atuação da Central de Atendimento do Banco Central, em Pernambuco. Por primeiro, em razão do tratamento que é dispensado aos consumidores de serviços bancários, ensejando-lhes a solução de problemas que, via de regra, terminavam sempre no Judiciário. Por segundo, em face do alto padrão do atendimento, comandado pela Dra. Vilma Sabino, isto que resulta em excelente prestação de serviços à sociedade. A sociedade civil organizada, através de entidades associativas, dispõe agora de um canal eficiente de interação com o poder público da área financeira, para onde encaminha pessoas e problemas específicos e de quem recebe prestimosos esclarecimentos e adequadas soluções simples para questões que sempre se afiguraram difíceis.”

Raimundo Gomes de Barros

Advogado especialista em Direito do Consumidor e diretor jurídico da ADECON-PE

“Agradeço enormemente a celeridade do vosso trabalho, e elogio a qualificação de profissionais que compõem o Banco Central ao atender a

diversas necessidades do público brasileiro. É realmente louvável encontrar funcionários que se engajem em sua profissão e que atendam ao público com uma eficiência ovacionável. Meus parabéns!”

Alexandre Nunes de Araújo Filho

Cliente bancário de Jabotão dos Guararapes (PE)

“Venho aqui externar meu agradecimento pela resolução do problema que tive com o meu banco. Achei a equipe do Banco Central de um grande profissionalismo e rapidez, o que ocasionará boas informações e divulgação dessa competência hoje apreciada por mim.

Sempre que tiver algo a solucionar sei, a partir de agora, que posso contar com a competência dessa maravilhosa equipe. Dessa forma, passamos a acreditar nas pessoas que fazem a diferença neste enorme País!”

Verônica Maria de Araújo Pontes

Professora efetiva da Universidade do Estado do RN

“Obviamente, é através das pessoas comprometidas com a solução das dificuldades que as relações entre as instituições são

facilitadas e valorizadas. Portanto, é nesta linha de raciocínio que esta mensagem se propõe a atingir estes dois objetivos:

Primeiro, agradecer à parceria com o Banco Central, através da Gerência -Técnica Regional (PE), e que tem proporcionado diversas facilidades, como, por exemplo, a elaboração de planilhas de evolução de cálculos, o recebimento de consumidores que temos encaminhado para prestação de queixas e denúncias contra bancos, a cobrança de taxas ou outras despesas após encerramento de conta, consultas e pareceres sobre a legislação bancária, CDC, empréstimos consignados, etc. Tudo em nome de justos e necessários acordos, em vez de práticas superadas de contendas que só causam ônus para as partes envolvidas. Em segundo lugar, contar com a habitual colaboração dessa instituição para novos projetos no próximo ano (2005), como o projeto de educação às comunidades, relativa ao consumo e preservação do meio ambiente.”

Cristina Sakaki

Subdefensora das Causas Coletivas
Defensoria Pública de Pernambuco

Controles de capitais: a experiência malaia

Durante a crise asiática de 1997/8, o *ringgit*, a moeda da Malásia, se desvalorizou de aproximadamente 2,50 para 4,20 por dólar americano desde o fim do primeiro semestre de 1997 a agosto de 1998. A Malásia fez exatamente o oposto do que sugere o receituário padrão do FMI para o enfrentamento de crises de fuga de capitais que se transformam em crises cambiais. O FMI propõe a flutuação da taxa de câmbio, a Malásia fixou a taxa de câmbio em 3,80 (que é mantida até hoje). O FMI sugere a elevação da taxa de juros, a Malásia a reduziu. O FMI receita a redução dos gastos públicos para estabilizar (isto é, reduzir) a relação dívida pública/PIB, a Malásia aumentou os gastos públicos e impôs uma trajetória ascendente para esta relação.

Mas tudo isto somente foi possível porque a Malásia neutralizou, através da adoção de medidas de controles de capitais, os possíveis impactos que a plena mobilidade de recursos financeiros poderia ter causado a sua economia. Sem a adoção de controles de capitais, a estratégia malaia expansionista de enfrentamento da crise não teria sido possível. Na ausência de controles, somente restaria a opção de adoção da estratégia recessiva do FMI.

Remédio contra a crise

No dia 1º de setembro de 1998, foi imposto um amplo conjunto de instrumentos de controles sobre a saída de capitais para reduzir a pressão latente de desvalorização da moeda malaia. Os investimentos diretos estrangeiros e as transações internacionais comerciais ficaram isentos. No segundo semestre de 1997, a fuga de capitais tinha atingido cifras consideráveis e o nível de reservas do Banco Central Malaio estava muito baixo (no início de 1997, suas reservas somavam mais de US\$ 27 bilhões; no início de 1998, somavam menos que US\$ 21 bilhões). Os controles e medidas adotadas visavam impedir a fuga de capitais e alongar o perfil das aplicações de estrangeiros na Malásia. As principais medidas adotadas foram as seguintes:

(1) estrangeiros ficaram impedidos de repatriar recursos obtidos com a venda de ativos financeiros da Malásia por doze meses, a contar da data da transação de venda;

(2) malaios deveriam aprovar previamente a realização de investimentos no exterior além de certos limites, independentemente da forma da transação (antes tal medida era aplicada somente a empresas malaias endividadas internamente);

(3) a quantidade de remessa de dólares ao exterior por parte de malaios foi limitada de acordo com a quantidade de recursos trazidos para a Malásia por estrangeiros.

Um outro bloco de medidas foi adotado em 15 de fevereiro de 1999. Objetivava desencorajar os investimentos financeiros de curto prazo e, ao mesmo tempo, permitir a saída de capitais de forma não-abrupta – já eram medidas de relaxamento dos rígidos controles impostos. A medida mais importante tomada nessa data foi a seguinte: alíquotas regressivas de imposto (relativas ao tempo de permanência) sobre a saída de capitais de estrangeiros oriundos da venda de investimentos financeiros (ações, títulos públicos e outros papéis) foram estabelecidas – 30% se o principal fosse repatriado menos que sete meses depois da data de entrada; 20% se fosse repatriado entre sete e nove meses; 10% para a saída de capitais que permanecessem nove a doze meses e não havia alíquota para a saída de recursos de duração superior a doze meses (não havia imposto sobre a remessa de lucros, juros, dividendos e aluguéis).

Resultados positivos

Os controles sobre a saída de capitais foram estabelecidos em uma situação de crise com o objetivo de superá-la e de recuperar a autonomia sobre a política monetária, que teria de manter as taxas de juros em patamares elevados para conter a fuga de capitais, dissolver a pressão especulativa sobre a taxa de câmbio e reduzir a perda de reservas por parte do Banco Central Malaio.

Os resultados dos controles foram extremamente positivos. Os controles foram efetivos, isto é, não houve fugas significativas por canais legais ou ilegais. Não surgiu, de forma significativa, qualquer mercado paralelo de dólares. Não houve subvalorização das exportações, nem sobrevalorização das importações (é o que mostra um relatório do Banco Morgan Stanley citado em estudo de técnicos do FMI). As-

sim, o fluxo de saída de capitais iniciado no segundo semestre de 1997 foi contido. A pressão especulativa foi dissolvida e o câmbio se manteve fixo. Emergiram, então, as condições favoráveis para que fossem mantidas as políticas monetária e fiscal expansionistas.

O PIB, em 1998, o ano da crise, contraiu-se em 6,7%. Contudo, a recuperação foi rápida, e as reservas no início de 1999 já alcançavam um patamar superior a US\$ 29 bilhões (hoje, a Malásia possui US\$ 51,5 bilhões em reservas). O sucesso das medidas de controles na Malásia pode ser atribuído em grande parte: (1)-à abrangência dos instrumentos de controles que evitaram *truques* legais ou ilegais que poderiam burlar as regras estabelecidas – não existiam exceções às regras; quando elas existem, os capitais podem tomar a forma das exceções e fugir; e (2)-ao esforço do Banco Central Malaio em ampliar a transparência e o entendimento das medidas adotadas para reduzir as resistências.

Reação externa

A reação externa, contudo, não foi favorável às medidas. As agências de avaliação de risco (Moody's, Thompson Watch e Fitch) reduziram o *rating* de crédito soberano da Malásia justificando que as medidas de controles representavam uma ameaça às transações comerciais com o exterior e aos investimentos diretos. A

Malásia foi retirada do índice do Morgan Stanley de investimentos em mercados emergentes que orienta os administradores dos grandes fundos internacionais. O Morgan Stanley anunciou que a retirada tinha sido para sempre e que a inclusão da Malásia no índice anteriormente tinha sido uma aberração. Assim, o custo de captação externa por parte do governo, bancos e empresas aumentou. O FMI também encontrou uma fórmula para tentar enfraquecer as medidas. O Fundo promoveu uma imediata averiguação local para determinar se as medidas estavam de acordo os estatutos da instituição. Por fim, o FMI considerou que o conjunto de medi-

“Sem a adoção de controles de capitais, a estratégia malaia expansionista de enfrentamento da crise não teria sido possível. Na ausência de controles, somente restaria a opção de adoção da estratégia recessiva do FMI.”

das estava em conformidade com o seu estatuto, mas avaliou que sua implementação deveria, ainda assim, ser mantida sob acompanhamento.

O apoio doméstico às medidas de controles foi rapidamente conquistado. A queda da taxa de juros e a estabilidade cambial foram vistas pelo empresariado malaio como algo extremamente positivo. Os empresários sob aquelas condições poderiam planejar receitas, custos e compromissos de dívidas futuros. A comunidade financeira internacional relaxou as suas restrições já em 1999. A Malásia voltou ao índice de referência para investimentos financeiros publicado por bancos e instituições privadas (inclusive do Morgan Stanley). O spread de juros cobrados sobre os títulos soberanos caiu de aproximadamente 10% ao final de 1998 para menos que 2% no segundo trimestre de 1999.

Ativo valioso

A recuperação da crise de 1997/8 pela Malásia foi mais rápida e com menos custos quando comparada com a da Tailândia e da Coreia que seguiram os programas de recuperação/empréstimos do FMI. A recuperação malaia foi, de fato, impressionante. A indústria cresceu 8,5%, em 1999, e o PIB cresceu, nesse ano, 5,4%; em 2000, cresceu 7,8%; atualmente, mantém taxas de crescimento acima de 5% ao ano. A inflação, que em 1998 foi de 5,3%, em 1999, foi de 2,8%; em 2000, de 2,2%; e em 2001, de 2,8%. A relação dívida/PIB se manteve em trajetória ascendente do período da crise aos dias de hoje, que está num patamar superior a 70%.

Hoje, a Malásia mantém poucos instrumentos de controles de capitais. Contudo, é importante ainda ser mencionado que se o mercado financeiro ameaçar com um novo ataque contra o *ringgit*, poderá ser punido novamente com a perda de liquidez das suas aplicações; então, os financistas especuladores serão certamente mais cautelosos nesse país. Portanto, os controles adotados no passado ainda são hoje um valioso ativo nas mãos da Malásia. O lastro desse ativo, além da experiência bem-sucedida de 1998/9, é o Artigo VI dos estatutos de fundação do FMI – que sugere que crises de balanço de pagamentos cuja causa seja a fuga de capitais devem ser enfrentadas com medidas de controles do fluxo de capitais e não com empréstimos e orientações do Fundo. As medidas adotadas pela Malásia são consideradas legais e legítimas segundo os Artigos dos Estatutos de fundação do Fundo que, ainda, regem o funcionamento da instituição. 

(*) Professor-doutor do Instituto de Economia da UFRJ

Decisão do STF questiona independência dos poderes

ENTIDADES DE CLASSE DENUNCIAM DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO E SE ORGANIZAM PARA LEVAR O CASO PARA CORTES INTERNACIONAIS.

Não era preciso o argentino Leandro Despouy, relator especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU, vasculhar o País por 15 dias e entrevistar mais de 500 pessoas para chegar à conclusão sobre o comprometimento de parte do sistema judiciário brasileiro com o poder político e econômico. “Essa proximidade afeta a independência da Justiça e dificulta a punição dos culpados”, disse Despouy, no dia 26 de outubro, depois de um encontro com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim.

Dois meses antes, o próprio STF, com o voto de Jobim, havia golpeado não só a Justiça, mas também a Constituição. Por sete votos a quatro, o Supremo considerou constitucional a taxa dos servidores públicos inativos da Previdência. Para amenizar a maldade, definiu que o teto de incidência da taxa de 11% passaria a ser aplicável a quem ganha mais de R\$ 2.508,72. “O STF rasgou a Constituição em nome de justificativas políticas e econômicas”, diz Sérgio da Luz Belsito, presidente

do Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central.

O Sinal está articulando com outras entidades de classe e da sociedade civil um movimento para denunciar a dependência da Justiça às Cortes Internacionais. “Vamos levar o caso para as Cortes. O desrespeito à Constituição pelo STF e a falta de independência dos poderes fere o regime democrático”, afirma Belsito.

O primeiro passo já foi dado. O Unafisco fez uma denúncia à Comissão da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o Estado brasileiro pela instituição da cobrança da contribuição previdenciária sobre as aposentadorias e pensões dos servidores. A expectativa é de que a ação tramite em duas instâncias internacionais – a primeira em Washington e a Segunda na Corte Interamericana de Direitos Humanos de São José da Costa Rica. Contratado pelo sindicato dos auditores-fiscais, o advogado Paulo Lopo Saraiva deve viajar ainda este mês para participar da primeira defesa na OEA.

Para Denise Frossard decisão ameaça Estado de Direito

A juíza e deputada Denise Frossard (sem partido) votou em plenário com conhecimento de causa contra a “inadmissibilidade de proposta que atenta contra o Estado Democrático de Direito, por violar: a) o princípio da separação dos poderes, ao modificar a competência dos Poderes da República e exorbitar dos limites da Emenda à Constituição; b) os direitos e garantias individuais, ao abalar a segurança, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito, o devido processo legal e a irredutibilidade dos vencimentos e subsídios”, escreveu.

“Ao apresentar, de modo autocrático, dispositivos gerados numa situação de supremacia do Poder Legislativo sobre os demais poderes da República, a proposta quebra a harmonia entre esses poderes. O modelo democrático, traçado na Constituição Federal, estará desfigurado se tal proposta for aprovada”, alertou Denise Frossard, ao pronunciar seu voto na Câmara.



A inconstitucionalidade da taxa dos inativos da Previdência era ponto pacífico para meio mundo jurídico e para a bancada no Parlamento, que não se curvou à vontade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Decidido a fazer o que o governo Fernando Henrique Cardoso tentou duas vezes sem sucesso, Lula prometeu reformar a Previdência, com a eterna cantilena do déficit entre arrecadação e pagamento. “Nem Deus vai me impedir de fazer a reforma.”

Avisou e cumpriu. Numa sessão realizada dez dias antes da decisão do plenário do STF, a Câmara Federal deu, depois de seis horas de debates, os votos necessários para transformar a taxa em lei. Trezentos e vinte e seis deputados votaram

a favor, 163 ficaram contra. O governo precisava de 308 votos.

Jornalistas econômicos viram na decisão da Câmara, e por extensão na confirmação do STF, um sinal tranquilizador para o mercado. Cientistas políticos perceberam na posição do Supremo um atestado de segurança tanto para o governo quanto para os investidores que queiram apostar no País. Poucos se debruçaram sobre o drama de quem passou a vida custeando a aposentadoria como um prêmio aos anos de trabalho e agora é obrigado a vê-lo reduzido a menos de 90%, por uma regra que não havia sido combinada antes.

O limite da tributação para R\$ 2.508,72 teria sido negociado entre o

governo e o presidente do Supremo Tribunal Federal, visando garantir a constitucionalidade da taxa. Ex-político, Jobim tem atuado com mais afinidade com o Palácio do Planalto. Dias antes da sessão do STF que aprovou a taxa, ele cassou decisão de um colega do tribunal, Carlos Ayres Britto, que atrapalhava o leilão de áreas para exploração de petróleo.

“Nenhum dos Poderes da República está autorizado a modificar a distribuição do Poder Político estabelecida pela Assembléia Nacional Constituinte sem afrontar o regime democrático e a supremacia do direito”, enfatizava o voto derrotado de Denise Frossard. “No que concerne aos direitos e garantias, estou convencida de que a proposta faz tábula rasa do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e do devido processo legal, quando sustenta a constitucionalidade do artigo 5º da PEC, que cria para os servidores inativos e pensionistas a obrigação de contribuir para o custeio do regime de previdência (como se eles jamais houvessem contribuído!).”

Aos aposentados só resta entrar na fila, essa sim, cada vez maior, para buscar a pensão que o rato roeu. 

ABRAPP

ICSS: a serviço do desenvolvimento

Arnaldo Niskier *

A solenidade de entrega do 9º Prêmio Nacional de Seguridade Social, uma cerimônia que celebra o reconhecimento, pelo sistema de fundos de pensão, das personalidades que se destacaram em diferentes áreas de atividades, aconteceu com muito brilho no último dia 22 de novembro, no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro. A cerimônia ajudou a estreitar ainda mais os laços que unem o nosso sistema de fundos de pensão à sociedade brasileira. Foram homenageados naquele dia as seguintes personalidades: Ação Parlamentar - João Paulo Cunha; Ação Social - Taciana Mendonça; Administração Pública - Adacir Reis; Comércio Exterior - Maurício Botelho; Comunicação - Paulo Pimentel; Cultura - Cláudia Costin; Dirigente do Ano - José Tarcísio Ferreira Bezerra; Esporte - Carlos Arthur Nuzman; Ética - Instituto Ethos; Liderança Empresarial - José Eduardo Dutra.

O Instituto Cultural de Seguridade Social – ICSS, promotor desta homenagem, foi fundado pelos Fundos de Pensão com a finalidade de desenvolver no Brasil uma cultura de Seguridade Social, pois a nossa comunidade compreendia ser indispensável fazê-la avançar mais rapidamente, por ser parte essencial e indissociável do processo de desenvolvimento da sociedade.

O ICSS vem cumprindo a sua missão através de iniciativas em diferentes campos. Primeiramente, na esfera interna, atendendo a uma demanda imediata dos Fundos de Pensão – o aprimoramento permanente do seu próprio acervo cultural. O Instituto, por exemplo, preocupa-se em trazer para as entidades brasileiras o conhecimento técnico de instituições internacionais, líderes no ensino de gestão de entidades previdenciárias. Mais de uma dezena e meia de cursos e seminários já foram realizados nos Estados Unidos e no continente europeu, dando assim acesso ao que existe de melhor em conhecimento acerca da teoria e da prática previdenciária no mundo.

Assim, podemos afirmar, com muita satisfação, que o nosso

Instituto converteu-se numa referência nacional na matéria, centro de excelência que muito tem servido ao País na difusão e consolidação de conceitos e princípios.

O outro campo no qual a atividade do nosso Instituto tem se destacado é este, em cujo contexto se dá a cerimônia que estamos promovendo agora. É o campo da integração com a sociedade, visando promover não somente a Previdência Complementar, mas o conceito mais amplo da Seguridade Social, que em todo o mundo é compreendida como um conjunto orgânico de iniciativas do poder público e da sociedade nas áreas de Previdência, Saúde e Assistência Social. A estruturação de uma Seguridade Social avançada no Brasil é um passo que necessitamos dar a serviço do desenvolvimento global da sociedade. Não há sociedade avançada no mundo na qual uma Seguridade Social ampla não tenha sido previamente institucionalizada. Esta correlação decorre de um conjunto de fatores que seria exaustivo debater aqui, até por já ser do pleno conhecimento de Vossas Senhorias, pessoas proeminentes da sociedade.

O Prêmio Nacional de Seguridade Social foi instituído pelo ICSS justamente para ampliar os seus valiosos serviços ao País. Ele identifica e distingue pessoas que tenham feito a sua parte nas diversas áreas nas quais o desenvolvimento se manifesta – na vida pública, nas empresas, no trabalho social, no mundo do conhecimento, na comunicação, nos esportes, enfim, em todo campo onde se promove o crescimento do homem. Ao fazê-lo, o Instituto tem em mente apontar os agraciados à sociedade, por serem eles exemplares e por desejar que o seu exemplo frutifique, gerando outros exemplos. Mas também temos em vista trazê-los a uma breve imersão na temática da Seguridade, em particular da Previdência, objetivando articularmo-nos todos numa cruzada em favor do desenvolvimento, que pressupõe a superação de etapa por etapa desse longo processo.

* Presidente do ICSS – Instituto Cultural de Seguridade Social

